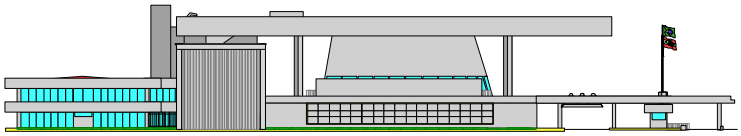
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII | FLORIANÓPOLIS, 10 DE ABRIL DE 2007 | NÚMERO 5.707

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Darci de Matos
Cesar Souza Júnior.
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
José Natal Pereira – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 1726**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 022ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 29/03/2007.....2

Publicações Diversas
Atas das Comissões Permanentes 19
Ata da Procuradoria.....19
Ofício.....20
Projetos de Lei.....20
Redações Finais.....20

P L E N Á R I O

ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2007
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Presta alguns esclarecimentos com relação à sua mudança de sigla partidária.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra presença do vice-prefeito de Major Gercino, do presidente do PSDB, do Piazza e do Jerônimo.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Faz um relato sobre o potencial econômico de Campos Novos.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Ressalta a importância do Parque do Rio Canoas.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Reporta-se a algumas iniciativas empreendidas pelo governo federal na região do extremo oeste.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Manifesta-se sobre a aprovação do projeto que estabeleceu um novo mecanismo para o pagamento do pró-labore médico.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza o deputado Jailson Lima por sua atuação para a aprovação do projeto que estabeleceu um novo mecanismo para o pagamento do pró-labore médico.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Saúda o deputado Jailson Lima, a equipe de governo e o governador pela aprovação da lei que beneficiou os médicos.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Fala do compromisso assumido pelo governo de dar atenção às minorias dos profissionais de saúde; manifesta desejo de ver a medicina enfermeirizada; diz-se um lutador pela valorização dos fisioterapeutas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza os profissionais da medicina e odontologia pela vitória da aprovação do projeto dos médicos.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Registra presença do presidente da Câmara de Vereadores de Bombinhas.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra presença do comandante do Corpo de Bombeiros de Brusque, dos bombeiros voluntários e de José Dias, de Lebon Régis.

Partidos Políticos

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Saúda a Associação Amigos do Sol e o prefeito de Sodegaura; homenageia a TV Record e o programa *Record em Notícia;* refere-se à reunião conjunta das comissões de Justiça e Finanças com a presença do secretário da Fazenda; aborda pedido de informação de sua autoria com relação ao repasse dos convênios assinados em 2006.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Questiona se o problema do governo é apenas de ordem orçamentária.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Fala da nova sigla do partido: Democratas; registra que o novo presidente do partido é Rodrigo Maia; refere-se às ações do partido; coloca intenção dos democratas de trazerem a sociedade para participar da vida política.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Aborda as bandeiras e lutas do partido; registra presença do prefeito de Rio do Sul e que o prefeito acertou uma *joint venture* com a Marcovil e a Bremer.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra presença do prefeito de Castelo Branco.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Tece comentários sobre matérias que foram debatidas e aprovadas ao longo da semana na Casa; emite opinião pessoal a respeito do entendimento firmado pelo TSE sobre a questão da fidelidade partidária.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Agradece ao deputado João Henrique Blasi pelo empenho para garantir que o projeto que concede às militares estaduais a aposentadoria especial aos 25 anos de serviço viesse para esta Casa.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Manifesta-se sobre reunião conjunta das comissões de Justiça e Finanças com a presença do secretário da Fazenda; refere-se à questão da revisão dos incentivos que o governo dá através do ICMS, principalmente a produtos ligados ao agronegócio; aborda questão da produção de leite e de maçã; fala do encaminhamento do TSE sobre a questão dos partidos políticos.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Parabeniza o deputado Moacir Sopelsa por fazer menção à visita do secretário da Fazenda e por levantar o tema relacionado aos benefícios fiscais.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Moacir Sopelsa quanto a sua preocupação com relação ao programa de incentivos fiscais.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Fala da vinda do secretário da Fazenda a este Poder; aborda a descentralização; refere-se à necessidade da presença da universidade no interior.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Aborda a vinda do secretário da Fazenda à Casa.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao sistema Acafe.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Fala da criação do Conselho Estadual da Juventude.

Ordem do Dia

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita subscrever moção do deputado Jailson Lima, a ser enviada a Luiz Carlos Laurindo agradecendo a doação de ambulância ao município de Imbuia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Sugere a indicação de José Fritsch para o ministério da Pesca.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Apóia a indicação de José Fritsch para o ministério da Pesca; registra a presença de lideranças de Bom Retiro.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Apóia a indicação de José Fritsch para o ministério da Pesca.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Apóia a indicação de José Fritsch para o ministério da Pesca.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Refere-se ao Dia Estadual da Micro e Pequena Empresa; aborda audiência pública em Navegantes sobre a gratuidade do *ferry-boat*.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Tece comentários a respeito da gratuidade do *ferry-boat* que liga Navegantes a Itajaí.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (aparte) - Aborda a gratuidade do *ferry-boat* que liga Navegantes a Itajaí.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado Lírio Rosso.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda a gratuidade do *ferry-boat* que liga Navegantes a Itajaí; comenta a distribuição dos impostos arrecadados pelo governo federal.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Refere-se à distribuição dos impostos arrecadados pelo governo federal.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica colocações do deputado Pedro Baldissera com relação ao governo; comenta a melhoria no atendimento à Saúde em Lages; registra o lançamento da goiaba serrana.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Defende postura do deputado Pedro Baldissera com relação ao governo; comenta as conquistas da serra catarinense na área agrícola.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Registra a presença do ex-prefeito de Araranguá, Neri Francisco Garcia; refere-se à visita do secretário Sérgio Alves às comissões da Casa; critica colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito do governo estadual.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Refere-se à reforma administrativa e à visita do secretário Sérgio Alves.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Aborda a visita do secretário Sérgio Alves às comissões da Casa; refere-se à pesquisa do IBGE que apontou a segurança pública como a principal preocupação da população.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Reporta-se ao problema da violência no estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Manifesta a intenção da bancada do PT em contribuir na busca de recursos para a Segurança Pública.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Saúda os prefeitos de Calmon e Matos Costa, o comandante do Corpo de Bombeiros de Brusque e os bombeiros voluntários; comenta a existência de um acampamento de famílias dos sem-terra em Calmon.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Comenta a importância da reforma agrária.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Aborda a necessidade de uma solução para os sem-terra acampados em Calmon.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Refere-se a crédito para a compra de terras.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à aposentadoria aos 25 anos de serviço para as militares estaduais; comenta a perda salarial dos professores da UFSC; refere-se à privatização da Vale do Rio Doce.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Aborda a perda salarial dos professores da UFSC.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Rebate críticas do deputado Pedro Baldissera às secretarias Regionais; refere-se à revitalização do Parque da Santur.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nosso amigo deputado Julio Garcia, integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem e imprensa falada, escrita e televisionada, hoje venho a esta tribuna para dar alguns esclarecimentos porque, afinal de contas, nós temos que falar à população catarinense sobre as notícias que acontecem no momento. Inclusive, quero parabenizar o *Diário Catarinense,* que é um jornal de ampla divulgação que sempre traz as notícias com muita responsabilidade. E nas páginas 4 e 5 e também na primeira página, deputado Antônio Aguiar, já fala da fidelidade partidária que vale para esta legislatura.

Então, aquelas pessoas que votaram, deputada Ana Paula Lima, em mim estão preocupadíssimas, achando que eu seria cassada, achando que o voto que colocaram na urna não valeu. Por isso venho à tribuna para dar melhores esclarecimentos.

E quem não leu o *Diário Catarinense* de hoje, recomendo que o leia e depois guarde essas páginas no seu arquivo. Ele traz uma entrevista do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, dr. Marco Aurélio Mello, que disse que a decisão que prevalece para fortalecer as agremiações tem validade a partir das eleições de outubro.

Estou na página 5 e aqui diz o seguinte: "Odete afirma que PL já deixou de existir". É claro que deixou de existir! Eu fui presidente do Partido Liberal durante aproximadamente seis anos, deputado Manoel Mota, e dei o meu sangue em prol dessa sigla, suando, trabalhando, tirando dinheiro do meu orçamento para colocar no partido, porque um presidente, senhores, para quem não sabe, é o carro-chefe. É ele que paga a conta, que tem que ver se faltam fichas para as filiações, e assim por diante.

Então, eu paguei para ser presidente do Partido Liberal, correndo por todo este estado, indo a todos os municípios e trazendo várias lideranças para o nosso lado. Mas valeu a pena, graças a Deus.

Mas o PL não existe mais, morreu! Darei um exemplo muito prático: quando falece a mulher, o viúvo tem todo o direito de procurar outra esposa, de contrair novo casamento; ele tem toda liberdade para isso. Então, dou este exemplo bem prático, pois o PL não existe mais, acabou!

E como eu tinha que ter uma representatividade nesta Casa, uma sigla, ou eu voltava para o meu partido de origem, o Partido Progressista, o partido do governador Esperidião Amin, e já dei um exemplo bem prático, ou eu optava por outro partido.

Recebi propostas de alguns partidos para que eu ingressasse neles - e quando estamos filiados a uma agremiação, temos que vestir a camisa. Ou eu iria para o PT - e gosto muito do número 13, até porque na minha vida é tudo 13, como a matrícula no Magistério, entre outras coisas -; ou voltaria para o Partido Progressista. Recebi também a proposta do deputado Herneus de Nadal para ir para o PMDB e também a proposta do Partido Humanista para assumir a Presidência. Mas eu sou uma professora, deputada Ana Paula Lima, que gosta de dar nota 10 aos seus alunos, e como recebi uma proposta do Partido Republicano Brasileiro para ingressar nessa sigla - e o número 10 do partido é muito sugestivo -, optei, com toda a minha liberdade, por ele. E a minha filiação ocorreu no dia 10, nesta Casa Legislativa.

Quero dizer a v.exas. que enquanto o Congresso Nacional não elaborar uma emenda para que tudo seja normatizado, toda essa discussão não vai levar a nada, não prosperará, conforme já salientei aqui. E quero parabenizar o senador Raimundo Colombo, que voltou a afirmar o que eu falei. Mas v.exas. poderão perguntar: por que v.exa. não será cassada, se trocou de partido e o presidente do TSE afirma que essa lei já está valendo a partir de outubro? Porque existe uma Constituição e nós estamos amparados legalmente por ela.

No seu art. 5º, inciso XXXIX, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 5º - [...]

XXXIX - Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;" [...][sic]

Deputado Kennedy Nunes, como é que vai haver crime, se não há lei?

Vou dizer mais uma coisa: eu conheço o estatuto do extinto PL e este não prevê cassação de mandato para deputado quando troca de partido. Agora, eu não conheço o estatuto de outras agremiações partidárias. Talvez esteja prevendo, deputada Ana Paula Lima, que haverá cassação de mandato por troca de partido, mas não estou aqui para defender outras agremiações partidárias porque eu não conheço os seus estatutos. Eu conheço o estatuto daquele partido que presidi, e quando houve alguns elementos que estavam esculhambando com o partido, brincando, fazendo reuniões paralelas, querendo atropelar as decisões, v.exas. sabem o que aconteceu? Eu encaminhei os nomes para a comissão de Ética do partido e ela os expulsou, fez uma faxina.

Cada agremiação partidária tem o seu estatuto e ele deve ser respeitado. Mas eu volto a afirmar que troquei de partido, e como tinha que optar por um, eu optei pelo Partido Republicano Brasileiro, de número 10, do qual sou líder. Mas enquanto não houver reforma política, eu não pretendo mais trocar de sigla, srs. deputados. Eu vou permanecer no Partido Republicano Brasileiro.

Sr. presidente, creio que a minha explanação ficou clara e quero afirmar aos meus queridos eleitores que vou continuar aqui representando-os, enfim, vou continuar representando todo o povo catarinense, sem medo de ser feliz.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria anunciar a presença, nas galerias desta Casa, do vice-prefeito de Major Gercino, Pedro Gattis, que veio acompanhado do presidente do PSDB, Vilson, e também do sr. Piazza e do Jerônimo.

Muito obrigado a todos pela presença e por estarem prestigiando esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra, também, com muita honra e alegria, a visita do padre Raimundo Ghizoni, de Tubarão, que veio acompanhado do professor Valdemar Colonetti, que foi vereador daquela cidade, e da professora Maria Colonetti.

Sejam todos bem-vindos e bem assessorados pelo deputado Genésio Goulart.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Romildo Titon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, srs. deputados e sras. deputadas, eu quero falar, hoje, sobre o município de Campos Novos, que estará em festa no dia de amanhã, pois completará 126 anos de emancipação político-administrativa. Nós gostaríamos de fazer aqui, além de uma homenagem ao nosso município e a todos campos-novenses, um relato sucinto daquilo que é Campos Novos, hoje, do seu potencial econômico e do que representa em nosso estado.

Colonizado ainda no século XIX, Campos Novos é hoje o maior produtor de grãos do estado de Santa Catarina, reconhecido por esta Assembléia como o celeiro do estado.

Campos Novos já pertenceu aos municípios de Lages e de Curitibanos, e depois da sua emancipação teve o segundo maior território do nosso estado - foi o segundo maior município de Santa Catarina -, pois ele já abrangeu os municípios de Videira, Fraiburgo, Tangará, Joaçaba, Piratuba e outros municípios de toda aquela região, os quais fizeram a história do nosso município.

Passou por dificuldades, também, quando enfrentou o ciclo da madeira, que depois, com muita criatividade, partiu para outras atividades, sendo considerado o município com o segundo maior rebanho bovino do estado de Santa Catarina, pela sua representatividade e pela sua genética de primeira qualidade.

Com suas terras férteis, foi mudando, no decorrer do tempo, suas atividades, mais especificamente para a produção de grãos, para a qual suas terras tinham um potencial muito grande. Hoje, a produção de grãos do nosso município já atinge 240 mil toneladas de grãos/ano, com a cultura mais especificamente de milho, de soja, do feijão e do trigo. Nos últimos anos, com a avançada tecnologia e os experimentos a cada ano se modernizando mais, nós tivemos um incremento de 65% na produção de milho, 35% na produção de soja e 40% na produção do feijão e do trigo.

Campos Novos também desponta com novas atividades, como as lavouras de cevada, de aveia, de azevém e de alfafa, que hoje somam mais de 50 mil hectares de áreas plantadas. A fruticultura também é bem modesta, mas já está avançando para esse lado, com 125 hectares plantados.

Campos Novos é o pioneiro no Brasil na produção de pólen, possuindo microempresa de processamento de mel e uma tecnologia desenvolvida no próprio município, somando-se, hoje, 80 toneladas de produção de mel ao ano.

No biocombustível, Campos Novos já larga na frente também, pois se está avizinhando uma grande alternativa de renda para os nossos agricultores na produção de girassol, que é um combustível que será gerado do óleo vegetal, começando a dar, assim, os seus primeiros experimentos.

Na agropecuária, se não é mais como antigamente, está bem perto, pois Campos Novos ainda ostenta um rebanho de 45 mil cabeças de gado de corte. No leite, despontamos, no cenário catarinense, com mil cabeças de gado de leite, produzindo, hoje, um milhão de litros ao mês, tendo duas cooperativas de leite fabricando queijo e derivados.

Na produção de ovinos, o município de Campos Novos também se destaca, com mais de sete mil cabeças, entregando praticamente 60 toneladas de carne ao ano e 18 toneladas de lã.

Na suinocultura, Campos Novos fica para traz praticamente de poucos municípios do estado, pois possui 60 mil cabeças de suínos. A Coopercampos já está na terceira CPL, que é da produção de matrizes, a Cocam já está construindo mais duas CPLs, e com isso nós podemos dizer que Campos Novos já faz a diferença no estado na produção da carne suína. E a Coopercampos também já começou, no ano passado, um grande projeto para a implantação de uma agroindústria, de um abatedor de suínos, o qual será implantado, tendo em vista que já há um plantel assegurado de produção.

Na avicultura, Campos Novos também se destaca, pois hoje já são quase 200 integrados da Perdigão, que criam e entregam o frango de corte para Capinzal e Videira, nas unidades da Perdigão.

Na produção de ovos, Campos Novos se destaca também no cenário catarinense. São mais de 400 aves produzindo ovos incubados, saindo somente do município de Campos Novos, hoje, deputado Moacir Sopelsa, mais de 250 mil ovos incubáveis que vão para as incubadoras de Capinzal e de Videira.

Na produção de energia, Campos Novos passou, a partir deste ano, também a fazer diferença no cenário de Santa Catarina, produzindo energia através da usina de Campos Novos, que entrou em funcionamento este ano e vai abastecer 25% da produção de energia do consumo no estado de Santa Catarina.

Pequenas usinas já começam a ser instaladas também no município de Campos Novos, pois três hidroelétricas serão construídas lá.

Com tudo isso e com a nossa produção em alta escala, fortaleceu-se o cooperativismo em Campos Novos, tendo seis cooperativas instaladas, destacando-se a Coopercampos, que é a mais antiga, e depois a Cocam, a cooperativa de crédito, a cooperativa de leite, a cooperativa do transporte da nossa produção e a cooperativa dos assentamentos. E todas fortalecem a nossa agricultura familiar e os assentamentos da nossa região.

Campos Novos também se destaca, hoje, por ter a maior capacidade de armazenamento de produção de todo o cenário de Santa Catarina.

Nas indústrias e nas empresas, Campos Novos busca um novo perfil econômico para a sua economia, tanto que hoje mais de 700 empresas de variados tipos de produção e comércio e prestadores de serviços estão instaladas em nosso município.

Da mesma forma, a indústria de metal mecânico e a fábrica de papel destacam-se, hoje, pela grande produção de saco de cimento, que é exportado para vários países.

O setor madeireiro, muito embora já tenhamos passado o ciclo da madeira, continua em alta escala, com uma reserva de matéria-prima de pínus muito grande.

A ligação dos municípios. Campos Novos está cortado pela BR-470, pela BR-282 e por várias SCs, tendo um dos maiores entroncamentos rodoviários. Praticamente todos os municípios vizinhos têm uma ligação asfáltica com o município de Campos Novos. Somos sede da microrregião Planalto Sul de Santa Catarina.

Temos uma associação dos municípios, a Amplasc, que nos orgulha e é uma das mais modernas. Temos lá, também, uma secretaria Regional.

A prefeitura de Campos Novos é muito bem estruturada, bem comandada, com condições perfeitas de acompanhar o desenvolvimento. Políticos que lá nasceram e que lá se criaram representam a nossa terra no cenário em nível de Brasil.

Também tivemos a oportunidade, como campos-novenses, de fazer parte do Poder Judiciário. Hoje, já estamos no quarto desembargador de Justiça campos-novense que faz parte desse cenário. A hospitalidade da nossa terra ainda continua, deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Apenas acrescentaria a importância, para o futuro, do Parque do Rio Canoas, que está em Campos Novos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Certamente, deputado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, trago à tribuna, na manhã de hoje, algumas iniciativas, que julgo importantes, empreendidas por parte do governo federal, na região do extremo oeste do estado de Santa Catarina.

É importante para a nossa região, que tem como atividade principal a agricultura, esses investimentos que o governo federal faz naquela região. Neste sentido, ele tem tido a iniciativa de recuperar a infra-estrutura de algumas rodovias daquela região que ligam estados e também o país vizinho, que é a Argentina.

Neste sentido, no ano passado se iniciou a recuperação total da BR-158, que liga a BR-282, no município de Maravilha, até a divisa com o Rio Grande do Sul. A estrada está totalmente recapeada e recebe manutenção constante. Além dela, a BR-163, que também liga, na região do extremo oeste, o município de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, está em fase de recuperação. Grande parte dela já recebeu o recapeamento e os trabalhos daquela rodovia estão tendo continuidade.

Na BR-282, ao transitar toda semana por ela, do extremo oeste à capital, nunca vimos - pelo menos desde 1997 fazemos esse trajeto - uma movimentação de conservação e manutenção dessa BR, desde o trecho que liga Alfredo Wagner a São Miguel d'Oeste. Especificamente na região de Chapecó a São Miguel d'Oeste, essa rodovia está recebendo não só a manutenção, mas também um tratamento diferenciado: o recapeamento, e sete pontos que ligam esse trecho estão recebendo a terceira via.

Portanto, isso tudo vem beneficiar não só a região, mas toda Santa Catarina, os estados vizinhos e o nosso país vizinho, na questão de agilizar o tráfego e de dar, aos que transitam naqueles trechos, segurança de vida e no transporte.

Além disso, é importante aqui ressaltar o empenho do presidente Lula, através do ministério da Educação, no que diz respeito à presença da universidade federal na região da grande fronteira do mercosul. É importante destacar que o presidente Lula, que tem feito grandes investimentos em outros estados no que diz respeito à interiorização da universidade federal, aqui também assume o compromisso com a região do oeste do nosso estado para que se viabilize a universidade federal, atendendo a região dos três estados que compõem a fronteira do mercosul.

Estamos aguardando que no final de 2008 sejam iniciados os trabalhos da referida universidade. Isso será importante para aquela região porque existe uma distância muito grande entre a região do extremo oeste, do oeste do estado, com relação à capital, onde hoje está concentrado o ensino público federal e o estadual. É preciso que haja políticas de descentralização do ensino público superior, tanto em nível federal, como estadual. Não dá mais para compreender essa centralização de oportunidades para aqueles que vivem nos arredores da nossa capital.

Além disso, uma outra iniciativa importante do governo federal para aquela região é a alocação de R$ 1,722 milhão, em São Miguel d'Oeste, destinados para uma unidade de beneficiamento de sementes de milho crioulo, contemplando assim toda aquela grande região. Essa é uma grande conquista dos movimentos sociais, encabeçados pelo MPA, que compõe a frente da via campesina, e uma conquista importante para aquela região, onde predomina a nossa agricultura camponesa, a pequena agricultura, pois terá a oportunidade de ter uma unidade para o beneficiamento das sementes, especificamente das sementes crioulas, e também de recuperar um pouco da história do nosso povo. Isso é importante e estratégico para o desenvolvimento de toda aquela região, que vive essencialmente da agricultura.

Neste sentido, feitas essas observações, fiz questão de destacá-las pelo fato de que nestes últimos 30 anos, basicamente, não temos tido investimentos maiores, estratégicos, para o desenvolvimento daquela região, que, infelizmente, ao longo dos últimos anos, vem sendo empobrecida pela inexistência de políticas públicas voltadas para a geração de renda, de qualidade de vida e de inclusão social em toda a região.

Portanto, destacamos aqui, nesta manhã, esses importantes investimentos naquela nossa região do extremo oeste do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Bom-dia, nobre presidente, deputada Ana Paula Lima, que preside a sessão, e os nossos cumprimentos também aos srs. deputados, às sras. deputadas, aos telespectadores da TVAL e aos funcionários desta Casa.

Ontem, deputados Serafim Venzon e Antônio Aguiar, foi um dia memorável para a nossa profissão de médicos, tendo em vista a aprovação do projeto que foi gestado por quase dois anos pelo Conselho da Associação Médica Catarinense, o Conselho Regional de Medicina e o Sindicato dos Médicos. Finalmente recupera-se a auto-estima e a dignidade dos profissionais médicos, funcionários da secretaria de Saúde do estado de Santa Catarina.

Temos dito literalmente que, como parlamentar de Oposição, temos que reconhecer os avanços. E ontem alguns profissionais médicos mantiveram contato conosco, e certamente também com os deputados Serafim Venzon e Antônio Aguiar, que foram importantes nesse processo, juntamente com a compreensão dos demais deputados e do relator da matéria, deputado João Henrique Blasi, para agradecer pelo avanço e pelo que isso representa.

Então, em nome da categoria médica, de funcionários e de servidores do estado de Santa Catarina, queremos agradecer aos nobres colegas e ao deputado Edson Piriquito pela sua compreensão, dizendo que estaremos aqui também lutando pelas demais categorias que continuam, constantemente, nesse processo.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não! Ouço v.exa. que também é um médico e atua brilhantemente nesta Casa!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo, deputado Jailson Lima, por sua atuação, juntamente com o deputado Serafim Venzon, nessa brilhante vitória da categoria médica.

É importante dizer que, pela primeira vez, se não me engano, o Parlamento catarinense tem três representantes médicos, e isso coroa, de maneira especial, a classe médica. Como v.exa. já relatou, o presidente da Associação Catarinense de Medicina, o presidente do CRM e o presidente do sindicato tiveram uma grande atuação, juntamente conosco e com o relator, deputado João Henrique Blasi. E queremos relatar aqui a compreensão do deputado Onofre Santo Agostini, que retirou sua emenda, e do deputado Edson Piriquito.

V.Exa. foi muito claro na sua observação, quando disse que todas as categorias têm o mesmo direito de pleitear as suas reivindicações. Nós estamos aqui para ajudar também as outras categorias, os fonoaudiólogos, os fisioterapeutas, as enfermeiras e assim por diante.

O nosso muito obrigado, deputado Jailson Lima!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Jailson Lima, também quero saudar v.exa., pelo trabalho que fez na comissão; a equipe de governo; e, principalmente, o governador, porque a última lei que concedeu alguma forma de contentamento ao ato médico foi de 1971. Então, como já se passaram mais de 36 anos, a lei do pró-labore não agradava mais a categoria profissional.

Como v.exa. colocou, a questão não era agradar uma categoria profissional, como a dos médicos, que, aliás, têm outras maneiras de melhorar seus rendimentos. Mas a nossa função principal - e por isso nós tanto lutamos pelo projeto - foi atender a necessidade dos usuários e, principalmente, dos hospitais da capital, que atendem pacientes encaminhados de todas as cidades de Santa Catarina que precisam de atendimentos especializados, que precisam de uma dedicação maior do profissional médico.

Então, esse projeto beneficia, principalmente, essa classe social, esse usuário, o nosso cidadão que precisa desse serviço que estava tolhido porque, infelizmente, o médico, que ganhava R$ 1.200,00 por quatro horas de serviço, descontando 27,5%, levava menos de R$ 800,00 para casa. Quer dizer, é um valor demasiadamente aviltante.

Por isso estão de parabéns este Parlamento e v.exa., que tanto lutou para conseguir aprovar esse projeto.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado!

Nós sabemos que ontem o deputado Onofre Santo Agostini também apresentou uma emenda com relação à reivindicação dos fisioterapeutas, que entendemos ser lícita e justa, e que posteriormente ele a retirou diante de um compromisso do deputado João Henrique Blasi de, juntamente com os deputados desta Casa, intervir junto ao governo do estado para que também se avance na reivindicação justa e correta dos fisioterapeutas.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Gostaria de agradecer pela oportunidade de aparteá-lo.

Quero crer que o amplo debate que travamos na comissão de Saúde venha a surtir os efeitos desejados e esperados. Assim, compreendo também quando o nobre líder do governo, o nosso colega partidário deputado João Henrique Blasi, disse do entendimento e do compromisso de buscarmos agora a atenção também às minorias dos profissionais de saúde, para poder estender essa atenção especial que agora os médicos receberam.

Deixamos bem claro que em momento algum tentamos obstar o projeto, que em momento algum fomos contra os médicos; nós defendemos todos os profissionais da saúde.

E deixo dito à deputada Ana Paula Lima que comungo do entendimento de Fidel Castro: eu gostaria de ver a medicina enfermeirizada; eu gostaria que os médicos também tivessem, na sua conduta, o exemplo dado pelas valorosas e pelos valorosos trabalhadores da enfermagem. Sonho com isso, busco a valorização de todos os profissionais, e neste momento luto pela valorização dos fisioterapeutas. No nosso entendimento, seria totalmente possível termos dado a eles a possibilidade de pegarem uma carona no projeto da luta justa e meritória dos médicos. Seria possível, sim, termos estendido isso aos fisioterapeutas!

Mas o importante é o que poderemos alcançar daqui para frente, com o compromisso de v.exa., representando aqui a classe médica, representando a saúde, junto com os deputados Antônio Aguiar, Serafim Venzon e João Henrique Blasi.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Agradeço, deputado, pela oportunidade do aparte.

Queremos parabenizar v.exa. e os demais profissionais da medicina e da odontologia por essa vitória, e dizer que a maioria é justamente o pessoal da enfermagem, com os quais temos vinculação. Contaremos, naturalmente, com a colaboração dos srs. deputados para que possamos beneficiar também os outros setores da saúde pública.

Gostaríamos de parabenizá-lo pelo seu trabalho e de dizer que somos solidários com a luta dos médicos, inclusive porque a enfermagem tinha ganhado parcialmente o PCS no ano passado. Então houve a mobilização dos médicos e, com justiça, tiveram esse direito, do qual somos solidários.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado!

Tenho dito que a minha atuação nesta Casa não é enquanto profissional médico, e sim enquanto profissional da saúde. Por isso estou sempre intervindo, e sempre que possível estarei atuando para o avanço de todas as categorias, para melhorar o atendimento na área de saúde no estado catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Queremos registrar a presença do nosso companheiro presidente da Câmara de Vereadores do município de Bombinhas, sr. Iraci Spader, que veio a esta Casa acompanhado do advogado daquele Parlamento, o dr. Ramon.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos ao nosso Parlamento!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Só quero registrar a visita de ilustres brusquenses: do comandante do Corpo de Bombeiros de Brusque, capitão Antônio Gamba Santos, e dos bombeiros voluntários de nossa cidade. Registro também a visita do sr. José Dias, do município de Lebon Régis, e de seus familiares. Gostaria de desejar-lhes uma boa estada na nossa Casa Legislativa!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam bem-vindos!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Jandir Bellini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital e funcionários desta Casa, compareço nesta tribuna, dentro do horário do meu partido, para saudar, no outro lado do mundo, na terra do sol nascente, os amigos da Associação Amigos do Sol, que é capitaneada pelo Takaharu Honda, e para mandar também o meu abraço ao prefeito de Sodegaura, cidade coirmã de Itajaí, Yoshiya Koizume, que, com certeza, em função do horário, na sessão das quintas-feiras é a oportunidade que eles têm de nos assistir, porque agora lá são 22h.

Então, o nosso abraço a todos aqueles que fazem parte da Associação Amigos do Sol, que sempre procuraram cultivar a nossa cultura e a nossa amizade. E agora a TVAL leva a nossa imagem até aquele país, do outro lado do globo. As nossas saudações a todos os amigos da terra do sol nascente, à Associação Amigos do Sol, que, inclusive, mantêm um jornal publicado em português e japonês, fazendo um intercâmbio com as colônias japonesas aqui de Santa Catarina. Queremos transmitir-lhes o nosso abraço e dizer que também estamos com saudades de toda aquela gente boa.

Também quero homenagear a TV Record de Itajaí, que tem um programa de notícias que traz sempre, com imparcialidade, os fatos que acontecem na nossa região, que é o programa *Record em Notícia*, que, no dia de amanhã, completará 11 anos. Aliás, é uma data muito especial, pois há 11 anos a Record faz um trabalho na área social. A cada aniversário do programa, a emissora realiza uma ação social chamada Record Cidadã. Então, ao apresentador Graciliano Rodrigues e à direção da Record, as nossas homenagens.

O assunto que me traz à tribuna é ainda com relação à visita do secretário da Fazenda no dia de ontem, numa reunião conjunta entre as comissões de Constituição e Justiça e a de Finanças e Tributação desta Casa. Devido ao tempo bastante exíguo, não pudemos nos expressar da maneira que gostaríamos com relação, principalmente, à questão do crédito do governo junto à comunidade do nosso estado e do nosso país.

Sabemos que todo administrador, seja da iniciativa privada ou da administração pública, só consegue realizar um bom trabalho a partir do momento em que o seu crédito está aberto, a partir do momento em que o fornecedor consegue acreditar que aquilo que ele vai vender, ele vai receber em dia. Aí ele passa a competir com os demais fornecedores, baixando o preço e trazendo a tão esperada economia que o governo busca.

Não é, por exemplo, cortando os benefícios que a lei traz com a gratuidade do *ferry-boat* entre Itajaí/Navegantes, numa economia insignificante em torno de R$ 15 mil a R$ 20 mil mensais, que vai resolver o problema de caixa do governo. Também não é criando mais secretarias regionais, num momento em que a tecnologia oferece-nos condições de administrar, no nosso estado, uma repartição pública, através da comunicação, através da Internet e outros meios que hoje a tecnologia dispõe.

Apesar de eu ter ficado bastante motivado com a pessoa do secretário da Fazenda, preocupou-me a maneira que ele colocou as coisas como empresário, como alguém que conhece essa área. Isso me deixou até, de uma certa forma, esperançoso, mas ficou uma expectativa muito grande porque o governo está devendo a fornecedores, credores, que, inclusive, estão ameaçando suspender os serviços, como é o caso da Defensoria Pública.

Nós gostaríamos que realmente o governo nos trouxesse uma radiografia real dessa situação, até para que, como deputados da Oposição, nós pudéssemos também contribuir. Mas parece que tudo está sendo jogado embaixo do tapete. Inclusive na reforma administrativa, o art. 173 dá uma demonstração lógica de tudo isso, pois extingue os débitos que o governo tem até 31 de dezembro de 2006 com fundos, fundações, autarquias, fornecedores e prestadores de serviços. Depois de perder o crédito, deputado Silvio Dreveck, é muito difícil conquistá-lo. Então, nós repudiamos essa ação do governo.

E queremos ainda colocar que, quando o governo fala em pregão eletrônico que está sendo implantado, que isso vai poder proporcionar-lhe uma prestação de serviço mais barata, nós concordamos plenamente. E quero trazer ao conhecimento dos srs. deputados que o município de Itajaí foi o primeiro a implantar o sistema de pregão eletrônico no país. O primeiro município a comprar o programa foi Jundiaí, no estado de São Paulo, mas o primeiro a adquirir e implantar o programa foi Itajaí, no ano de 2001. Com essa implantação da compra através do sistema eletrônico, Itajaí reduziu, no seu custeio, 15% daquilo que estava sendo gasto. Credibilidade em primeiro lugar e, em segundo lugar, jogo aberto, transparente, em que o fornecedor sabe que vai receber. E aí ele põe um preço para poder ganhar a concorrência, fornece seus produtos e já compra nova remessa, fazendo aquele trabalho que a iniciativa privada sempre faz.

Deputado Silvio Dreveck, queremos dizer aqui dessa nossa preocupação: que o governo busque reduzir custos, através da boa administração, da administração transparente, com credibilidade, porque o resultado, com certeza, será bastante significativo.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Jandir Bellini, v.exa. fala com inteligência e com conhecimento e propriedade de um administrador público. V.Exa. fez uma observação com relação ao secretário Sérgio Alves, por quem tenho muito respeito, pois tem uma visão empreendedora. Mas o que nós presenciamos e ouvimos, ontem, deputado Jandir Bellini, foi uma indução de o secretário dizer aos deputados governistas que o governo não tem problemas de ordem financeira, e sim, orçamentária. E eu não entendo se simplesmente é de ordem orçamentária, porque esse projeto não veio para a Assembléia, como disse com muita propriedade, o deputado Décio Góes. Se é um problema apenas orçamentário, por que o transporte escolar está em débito? Por que os convênios com a saúde estão em débito? Por que os pagamentos com prestadores de serviço, com empresas de execução de obras, estão em débito? Não é nenhum demérito admitir que há um débito e que devem ser honrados primeiro esses débitos do governo para depois seguir em frente com a execução do serviço público e das obras.

E, ao mesmo tempo, a reforma... Como v.exa. disse com propriedade, com a tecnologia que temos, hoje, não há necessidade de se fazer uma descentralização apenas de cargos.

Obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Queremos acrescentar ainda que fizemos um pedido de informação nesta Casa com relação ao repasse dos convênios assinados em 2006, que 50% dos seus valores ainda não foram repassados a essas instituições. Isso tem trazido sérios problemas financeiros a essas entidades que fazem um trabalho comunitário elogiável. E até hoje não recebemos nem sequer uma resposta do governo desse pedido de informação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao partido Democratas.

Com a palavra o deputado democrata Cesar Souza Júnior, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas aqui presentes, hoje é o primeiro dia e a primeira manhã já oficialmente da nossa agremiação Democratas. Estivemos na terça-feira e na quarta-feira em Brasília, também na companhia do nosso presidente, deputado Julio Garcia, acompanhando a convenção nacional desse partido que hoje nasce e inicia as suas atividades.

Estivemos também na reunião do fórum dos parlamentares estaduais dos Democratas, e lá pudemos constatar o bom momento de renascimento, de revivamento de esperanças e de articulações por que passa o partido, que agora passa a se chamar Democratas.

Deputado Darci de Matos, quero aqui registrar a condução segura, firme e respeitosa do nosso sempre senador e sempre presidente Jorge Bornhausen, que soube fazer, nesse momento, a passagem da direção partidária para uma nova geração de líderes. O nosso novo presidente é o jovem deputado Rodrigo Maia, que vem cheio de gás e de energia para possamos, neste momento, trazer um partido que realmente passe a representar os anseios do mundo que mudou muito, após a formação histórica do Partido da Frente Liberal.

Os Democratas irão certamente manter a sua posição em defesa do cidadão contra a opressão estatal, contra a excessiva extração fiscal, contra o terrorismo tributário e a favor do empreendedor, a favor da liberdade, a favor do cidadão.

Deputado Darci de Matos, talvez uma das nossas grandes missões será a de estar ao lado da sociedade. Percebemos agora, em Brasília, um movimento que já cresce, o do "Xô CPMF", uma iniciativa do deputado Paulo Bornhausen e que hoje ganha a adesão de vários setores da sociedade civil.

O que nos chama a atenção é que nesses temas de organização tributária, quando se trata de avançar sobre a sociedade na extração de tributos, discute-se com todos - ministros, presidente, deputados - e só não participa quem paga a conta, que é a sociedade. É importante que nós tragamos para essa discussão também a sociedade civil que, afinal de contas, é quem pagará a conta.

Então, queremos cumprimentar aqui todos os democratas que nos acompanham nesta sessão legislativa, e dizer que estamos muito animados de poder contribuir neste momento aqui no estado, com a liderança do nosso senador Raimundo Colombo, com a liderança do nosso presidente Julio Garcia, para que possamos, deputado Darci de Matos, trazer pessoas da sociedade civil que hoje têm verdadeira ojeriza aos partidos políticos, essa que é a verdade. Das instituições nacionais, a que tem a menor credibilidade é o partido político, e esse é o momento de trazermos a sociedade, as lideranças políticas que hoje estão fora da vida pública, para que possa se integrar também aos nossos democratas e serem também democratas, agora orgânicos, participando do jogo político.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Cesar Souza Júnior, eu enalteço, neste momento, a sua participação e a do presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, na convenção nacional do antigo PFL, hoje Democratas, e fico feliz pela sua exposição e pela sua convicção de que nós haveremos de continuar, *pari passo*, lutando pelos direitos e pelas garantias dos cidadãos e, sobretudo, pela conquista da cidadania plena da nossa população, pelo desenvolvimento econômico, pelo crescimento do nosso país e por uma distribuição de renda mais eqüitativa. Essas são as bandeiras, essa é luta do nosso partido.

Deputado Cesar Souza Júnior, peço permissão para registrar, neste momento, a presença, nesta sessão, do jovem, dinâmico e inteligente prefeito de Rio do Sul, o amigo Milton Hobus. Este prefeito está marcando história naquela administração pelo seu dinamismo e pelo projeto que está implantando, Rio do Sul do Futuro, já que tem um conceito moderno de gestão, da educação e do desenvolvimento daquele município.

Tive a oportunidade, deputado, de fazer uma viagem à Europa, há poucos dias, com o senador Raimundo Colombo e também com o prefeito Milton Hobus, e naquela oportunidade fizemos um contato técnico e o prefeito acertou uma *joint venture* com a empresa Marcovil e a empresa Bremer, de Rio do Sul. Essa empresa, em breve, vai-se implantar naquele município, com um investimento de R$ 20 milhões na área metal-mecânica.

Portanto, o prefeito Milton Hobus nos honra com a sua presença e honra o nosso partido, com a sua gestão transparente, dinâmica, inteligente, que tem dado uma nova cara àquele município.

Muito obrigado pela sua presença e um grande abraço!

Obrigado pela oportunidade do aparte, deputado!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Darci de Matos. E quero reforçar o cumprimento ao nosso prefeito de Rio do Sul, Milton Hobus, hoje honrando-nos com a sua presença, ele que também é presidente da Associação de Prefeitos Democratas em Santa Catarina e que terá certamente um papel fundamental na construção e no reforço da participação democrata no estado de Santa Catarina.

Não poderia deixar de cumprimentá-lo de maneira especial, até porque, prefeito, também tenho sangue rio-sulense, a nossa família tem raízes naquela cidade, e fico feliz de ver, hoje, a brilhante gestão que v.exa. desempenha perante aquela comunidade.

Gostaria de deixar claro à sociedade catarinense que o momento que nós vivemos, hoje, no Brasil é de grande descrédito da política em geral e dos partidos políticos em especial. E nós só traremos a sociedade para perto dos partidos, para participar da vida política, quando demonstrarmos que partidos estão abertos para a sociedade.

Freqüentemente as pessoas têm a impressão de que é difícil fazer parte de uma vida partidária, entrar na política, mesmo que tenham vocação, porque parece um jogo fechado, um grupo de pessoas que se reúne e que não abre espaço para que novas lideranças cheguem. O que queremos trazer, aqui, hoje, é a certeza que tivemos, ontem, na convenção do partido Democratas de que estamos, sim, abertos, para a sociedade civil, para quem concorda com as nossas idéias, para quem acredita na liberdade, para quem acredita no poder do cidadão vencer pelo seu esforço, para quem acredita que aqueles que não têm a oportunidade devam ter a chance de chegar até aonde a sua dedicação, os seus sonhos e a sua capacidade os levar.

Queremos agradecer, mais uma vez, a todos que nos acompanharam naquela reunião que foi brilhante, e dizer que agora, sim, com muito orgulho, somos os Democratas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Gostaria de registrar a presença do prefeito de Castelo Branco, o dinâmico Ademir Miotto, e também da primeira-dama, sra. Edinete Miotto. Ele veio à capital a trabalho a agora faz uma visita a nossa Casa.

Parabéns prefeito e sinta-se em casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado João Henrique Blasi, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente e srs. deputados, desejo, nesta primeira parte do horário destinado ao PMDB, já que a segunda ficará sob a responsabilidade do deputado Moacir Sopelsa, tecer alguns breves comentários acerca de matérias que foram debatidas e aprovadas pelo nosso Parlamento ao longo desta semana.

De início, quero registrar o fato de termos todos, em conjunto, construído a aprovação, por este Parlamento, da lei que concede às militares estaduais a aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. Trata-se, como trazido à colação na sessão de anteontem, quando aprovamos a matéria aqui mesmo neste plenário, de um reconhecimento a um lídimo direito dessas operadoras da Segurança Pública, que já haviam sido aquinhoadas com esse direito em março do ano passado, mas que, no entanto, por uma falha coletiva, chegou-se posteriormente ao entendimento de que havia necessidade de uma readequação, de uma nova alteração legislativa para que aquela lei então aprovada pudesse ter conseqüência prática.

Tão logo o projeto aportou aqui neste Parlamento, no dia 8 deste mês, dia internacionalmente dedicado à mulher, todos os partidos e todos os deputados deram o seu importante e indispensável contributo, e nós aprovamos essa matéria para gáudio de todos, embora alguns deputados de Oposição, manifestando sempre aquele cacuete da crítica, tenham dito que o projeto veio com um ano de atraso, quando não é verdade. O grande guru deles, que governou Santa Catarina por oito anos, teve a possibilidade de fazer e não o fez, e veio a ser feito no governo de Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado líder do governo, João Henrique Blasi, quero aproveitar a oportunidade, já que o fiz em outras ocasiões, mas v.exa. não estava presente, para agradecer e parabenizar diretamente v.exa. pelo empenho no sentido de garantir que esse projeto viesse para esta Casa Legislativa e que fosse aprovado anteontem, num prazo quase recorde.

Agradeço a todos os demais colegas deputados e deputadas pela aprovação unânime deste Parlamento, garantindo esse direito às nossas policiais e bombeiros femininos.

Muito obrigado e parabéns a v.exa. pelo esforço e empenho.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a manifestação de v.exa. e retribuo reconhecendo de igual modo a participação que teve para a transformação desse justo ideal numa realidade.

Em segundo lugar, quero me reportar à lei que aprovamos ontem aqui neste Parlamento, objeto inclusive de manifestações precedentes da tribuna na sessão de hoje, que estabeleceu um novo mecanismo para o pagamento do chamado pró-labore médico ou da gratificação de produtividade dos médicos que operam na rede de saúde pública do estado de Santa Catarina.

É preciso destacar que no ano passado, por volta de setembro, houve um impasse, e a partir daí um grande entendimento entre as organizações de representação da classe médica do estado de Santa Catarina, substanciada no chamado Cosemesc, conselho dessas mesmas entidades, integrado por ninguém menos do que a Associação Catarinense de Medicina, o Conselho Regional de Medicina e o Sindicato dos Médicos, que conseguiram consensualizar uma proposta de um novo pró-labore.

O pró-labore funciona com o pagamento a esses médicos, de acordo com a produtividade, de um valor mensal que vem do orçamento do fundo estadual da Saúde. Então, ele era pago a partir da produção de cada médico. Decidiu-se avançar um pouco nesse sentido para melhorar a remuneração dessa importante categoria, estabelecendo um mínimo igual para todos, e a partir daquele mínimo, sim, de acordo com a produção de cada um.

Então, o que se vai alterar, a partir de agora, do momento em que o projeto for convolado em lei, é uma possibilidade de socializar e de distribuir de forma mais adequada essa gratificação para todos os médicos que operam na rede pública do estado de Santa Catarina.

Esse processo foi conduzido pelo então governador Eduardo Pinho Moreira, também médico, que o remeteu para esta Casa no ano passado, exatamente no dia 21 de dezembro, dia do encerramento da sessão legislativa e da própria legislatura. Evidentemente que não houve, na oportunidade, possibilidade de sua discussão, menos ainda de sua aprovação. Requeremos o seu desarquivamento e com uma tramitação célere, também de igual modo como se sucedeu com o projeto anterior, com a participação e o engajamento de todos os deputados, conseguimos, ontem, construir de forma coletiva e de forma unânime a aprovação desse projeto que é fundamental para melhorar o funcionamento da rede hospitalar e da rede de saúde pública do estado de Santa Catarina.

Gostaria ainda, srs. deputados, de fazer referência à presença, ontem, aqui no nosso Parlamento, do secretário da Fazenda, dr. Sérgio Alves, e de destacar a forma séria, correta e transparente como se manifestou s.exa. E quero aqui, neste momento, socorrer-me do que diz, hoje, na sua coluna, o renomado colunista político Claúdio Prisco Paraíso:

(Passa a ler.)

"Cristalino e direto, o secretário Sérgio Alves mereceu até elogios de parlamentares oposicionistas."[sic]

Então, o secretário veio cumpriu o seu papel, estava regimentalmente obrigado apenas a responder aquilo que fora o objeto do convite a ele formulado, vale dizer a situação financeira do estado, que ele bem explicitou, mostrando que houve um subdimensionamento orçamentário, mas não se furtou a outras indagações que foram feitas e que para aquele momento não guardavam pertinência temática, mas s.exa. preparado, sério e seguro respondeu as indagações que foram postas. De sorte que quero crer que ganhamos todos nós com a participação e com as elucidações trazidas pelo secretário Sérgio Alves.

E por último, antes de passar, ato contínuo, a palavra ao deputado Moacir Sopelsa, gostaria de emitir uma opinião pessoal a respeito do entendimento firmado anteontem pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre a questão da fidelidade partidária.

Estou filiado ao PMDB há 25 anos. É o único partido ao qual eu me filiei e não pretendo mudar. Entendo que a fidelidade partidária é um apanágio da democracia; e entendo que andou bem a nossa Corte Superior na área eleitoral, ao afirmar uma coisa que prima por uma lógica absoluta. Nenhum de nós, 40 deputados, que estamos neste Parlamento, chegamos unicamente com os votos que nos foram depositados. Todos nós chegamos porque houve necessidade de somar aos nossos votos outros tantos votos de outros candidatos na nossa mesma legenda, ou na nossa mesma coligação.

Por isso é absolutamente razoável o entendimento de que, se é preciso a soma de votos numa eleição parlamentar, o voto, antes de pertencer ao parlamentar, pertence ao partido pelo qual ele foi eleito. Penso que essa decisão não terá uma conseqüência prática, imediata, foi apenas uma resposta a uma consulta formulada por um partido político. E, como sabemos, a resposta a uma consulta não tem força vinculante, mas é uma manifestação importante que, quero crer, vai servir para iniciar um novo processo de valorização dos partidos políticos. E nós sabemos que a valorização da democracia passa, indispensavelmente, pela valorização dos partidos políticos.

Muito obrigado, sr. presidente, e a seqüência fica com o deputado Moacir Sopelsa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Moacir Solpelsa, pelos minutos restantes do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. deputada, srs. deputados e meu líder, deputado João Henrique Blasi, v.exa. dividiu exatamente os 16 minutos que nós temos.

Eu gostaria, na mesma esteira do nosso líder, deputado João Henrique Blasi, de dizer que ontem tive a oportunidade de participar, durante algum tempo, da reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças desta Casa. Confesso que ainda não tinha tido um conhecimento mais próximo do secretário da Fazenda. Mas é preciso deixar registrado aqui nesta Casa a posição firme, transparente, sem meias palavras, do secretário da Fazenda e da sua equipe, ontem, aqui neste Parlamento, colocando questões que eu mesmo, às vezes, perguntava de que forma elas iriam caminhar.

E uma das questões que quero citar aqui é a da revisão dos incentivos que o governo dá através do ICMS, deputado Jandir Bellini, principalmente a produtos ligados ao agronegócio, como é a questão da redução do ICMS do suíno para que se possa tirar esse excesso que temos, hoje, no estado, com a pauta sendo ajustada a menos de R$ 1,00 o quilo.

Há também a questão da produção de leite, deputado Romildo Titon. O nosso meio-oeste, no nosso oeste de Santa Catarina, está-se transformando na maior bacia leiteira do estado. E tivemos, na nossa região, indústrias que se instalaram e que ampliaram os seus negócios, graças aos incentivos que o governo de Luiz Henrique concedeu no mandato passado, como é o caso da Tirol, uma indústria com mais de 1 milhão de litros de leite em pó, a primeira e a única no estado de Santa Catarina, e também a volta da cooperativa Batavo, em parceria agora com a cooperativa Aurora, que industrializava, em Concórdia, 250 mil litros do leite longa-vida por dia. E depois trouxe uma produção do Paraná, industrializando 500 mil litros por dia. Isso demonstra a vontade do governo em reconhecer a importância das nossas indústrias no estado, mas também a importância do nosso produtor.

Fiquei satisfeito quando o secretário afirmou, e reafirmou, que antes de ser tomada qualquer decisão, todos os segmentos serão ouvidos. Assim é o caso da maçã. E eu me pronunciei aqui na terça-feira sobre a minha passagem na região produtora de São Joaquim, Urubici, na região do planalto serrano, deputado Elizeu Mattos, onde a maçã é comercializada nas regiões de Caçador - e v.exa., deputado Reno Caramori, é de lá -, de Fraiburgo e de Videira a R$ 0,25 o quilo.

O governo, no ano passado, concedeu a isenção do ICMS da maçã para a produção de Santa Catarina. E v.exa., deputado Renato Hinnig, teve participação nisso. Graças a esse incentivo ainda se consegue dar um alento um pouco melhor, mas não justo, ao nosso produtor.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não! Ouço v.exa., deputado Renato Hinnig, pois tenho certeza de que vai me ajudar a esclarecer ainda mais esse fato que trago na tribuna desta Casa no dia de hoje.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Nobre deputado, gostaria de parabenizar v.exa. por ter feito menção à visita do secretário da Fazenda, ontem, nesta Casa, que realmente deu os esclarecimentos de forma clara, concisa e tranqüila para que não pairassem dúvidas sobre a área financeira do estado. S.Exa. assegurou para todos nós que os recursos para a folha de pagamento estão garantidos, já que essa era a grande preocupação da sociedade.

Mas quero também cumprimentá-lo por ter levantado esse importante tema relacionado aos benefícios fiscais. No primeiro mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, eu tive a honra de participar do governo como diretor de administração tributária, e nós reduzimos a carga tributária de 21 setores da economia porque tivemos o entendimento, junto com o secretário da Fazenda e com o governador do estado, de que era importante conceder esses benefícios fiscais a esses segmentos para que as empresas de Santa Catarina tivessem competitividade.

E assim foi com o caso do leite, que v.exa. citou, da maçã, do setor de pescado, do setor atacadista e do setor do transporte de carga, que é importante. E agora está sendo renovado por mais três meses o decreto regulamentador da lei aprovada por esta Casa, que é o Procarga. Enfim, foram medidas importantes que ajudaram a desenvolver Santa Catarina e que motivaram a economia, tanto que nós tivemos incrementos sucessivos de arrecadação em todos os anos.

E agora é natural que se faça a revisão desses benefícios para conversar com os setores organizados e com cada entidade para que se verifique se as medidas efetivamente foram atingidas naquilo que se buscava. Eu tenho consciência de que sim.

Então, na verdade, na questão da revisão dos benefícios fiscais e a forma como está sendo conduzida, ouvindo todas as entidades, é uma medida equilibrada, justa e que certamente vai contribuir para que melhoremos essa questão dos incentivos fiscais.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Nobre deputado, v.exa. tem um profundo conhecimento nessa direção.

Gostaria, neste minuto que me resta, de falar sobre o encaminhamento do Tribunal Superior Eleitoral sobre a questão dos partidos políticos.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não! Ouço com muito prazer este amigo antigo que tenho.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Sinto o mesmo, nobre deputado.

Quero apenas ser solidário com a sua colocação quanto à preocupação com relação a esse programa de incentivos fiscais. Sou totalmente favorável aos incentivos, quando eles têm um custo-benefício. E eles têm que ser analisados.

Quando administramos Itajaí, criamos leis proporcionando ao investidor e até mesmo às empresas que atuavam já no município benefícios fiscais, e com isso aumentamos a arrecadação. Então, esses benefícios concedidos devem ser avaliados com muito critério. O que trouxer resultado, deve permanecer. Parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Nobre deputado, obrigado! Tenho certeza de que v.exa., como prefeito de Itajaí, soube administrar essa questão para poder ter o apoio das indústrias, que são muitas naquele município.

Quero dizer, deputada Ana Paula Lima, que quando me filiei ao PMDB, há 27 anos, meu pai me fez recomendações e três pedidos. Um deles foi que eu tivesse fidelidade partidária e que se me elegesse vereador, só trocasse de partido se perguntasse a opinião de todos os eleitores, o que seria quase impossível porque eu não saberia quem tinha sido meu eleitor.

O segundo pleito, deputado Professor Grando, que meu pai me fez, foi que eu agisse com transparência e que a partir daquele momento eu não viveria somente para a minha família, mas para as famílias de todos aqueles que tinham me dado o mandato.

Quem sabe o Supremo deu o pontapé inicial àquilo que o nosso Congresso devia ter feito. Ele já deveria ter encaminhado, e teve a iniciativa do nosso Tribunal de Justiça...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. deputada Ana Paula Lima, que está presidindo a nossa sessão, e srs. deputados, no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores eu gostaria de, em nome da minha bancada, dizer que a vinda do secretário, ontem, quarta-feira, a esta Casa não foi esclarecedora. Digo isso por quê? Porque quando os veículos de comunicação, deputado Décio Góes, alertaram sobre a situação do nosso estado, a preocupação do governo foi exatamente fechar as torneiras, fechar tudo que podia, porque a situação estava preocupante.

De repente, o secretário, em seu depoimento, coloca que o estado está bem de finanças, que o caixa está bom, está reforçado. Agora, se olharmos para a realidade dos fatos do estado de Santa Catarina, vamos perceber que a concepção é outra porque inúmeras obras estão paradas e outras estão sendo feitas a passo de tartaruga. Eu já disse, inclusive desta tribuna, que muitas obras que começaram há dois anos estão paradas. Portanto, é um indicativo de que o estado não está tão bem financeiramente como o secretário colocou.

Eu já disse também na tribuna desta Casa, deputado Décio Góes, por várias vezes, quando falei em nome de alguns municípios do nosso estado, como Bocaina do Sul, Imaruí, Guaraciaba, que há no caixa do governo do estado, desde julho de 2006, um dinheiro que pertence a esses municípios e que até agora não foi repassado a eles, e isso é preocupante! E os prefeitos, lá na ponta, estão aguardando o repasse. Por outro lado, nós percebemos que, seguidamente, prefeitos da região vêm à capital para reivindicar obras e verbas aos municípios. Aí eu pergunto: a descentralização não está funcionando?

Eu estive observando prefeitos lá da minha região de São Miguel d'Oeste e pude perceber que o prefeito do PMDB, íntegro, sério no trabalho, um homem da comunidade, saiu lá desse município - e isso se transformou numa grande nota na imprensa da região - e veio aqui para a capital buscar dinheiro. Ele vem sempre para cá para participar das audiências que são marcadas nas secretarias.

Para a saúde, ele reivindicou uma unidade de atendimento 24 horas, equipamentos para o hospital regional, além de equipamentos para o programa da saúde da família do bairro, unidade essa que deve ser concluída ainda este ano.

Na secretaria da Cultura, Turismo e Esporte, ele pede auxílio para a construção de um ginásio lá no interior, sinalização turística, pórtico, bem como a construção de um centro de atendimento ao turista. Pediu também que fosse feita a entrega de ofício para a execução da rua lateral à BR-282; aliás, esse foi um compromisso assumido com o DNIT. O governo federal faria a recuperação daquele trecho urbano da avenida Waldemar Agrale e a contrapartida da prefeitura seria fazer uma pista para os pedestres poderem fazer os seus exercícios, o seu lazer, o que não conseguiu fazer porque não havia dinheiro.

Então, deputado Décio Góes, o prefeito sai de lá de São Miguel d'Oeste, que a sede é lá, e vem para a secretaria central aqui da capital para reivindicar os pleitos para o seu município. Nós temos que questionar isso! Que descentralização é essa que o prefeito tem de sair da sua cidade e vir para Florianópolis para buscar recursos para a sua região?! Nós temos que começar a questionar essas questões!

O governo, agora, está ampliando as secretarias, há uma proposta de ampliar para mais seis, e dizem que o governo está mais próximo do povo. Mas o que ele quer dizer com mais próximo? Eu não consigo entender isso, se as lideranças daquela região têm de vir para a capital para buscar recursos! Para que descentralização, se o recurso está concentrado na capital?!

Vamos descentralizar o dinheiro! Vamos proporcionar àquela região políticas públicas para o desenvolvimento daquelas cidades. O que nós precisamos em nossa região e em outras regiões é saúde para o nosso povo! A cada dia aumenta o tráfego das ambulâncias, os carros de saúde saindo lá do interior e vindo para a capital para receber atendimento! Nós temos que descentralizar as políticas para o atendimento do cidadão lá no seu município! Isso é descentralizar, isso é permitir à sociedade uma participação efetiva, concreta, no uso do recurso público.

Querem criar, agora, srs. deputados, mais secretarias, e as políticas essenciais estão longe e distantes do povo. Aliás - e isso é uma outra constatação -, as secretarias funcionam somente meio expediente. Que tristeza, gente! E estão ampliando mais seis secretarias para trabalharem meio expediente. Que governo é este mais próximo do povo?! Que governo é este?! Eu não consigo entender essa lógica. O povo, mais uma vez, fica na expectativa.

E não é só a questão da saúde, não! Há a questão da nossa educação. Nós queremos a presença, sim, da universidade, nas diferentes regiões do nosso estado, como um instrumento para proporcionar desenvolvimento, crescimento, geração de emprego e renda e qualidade de vida à nossa população, para que o nosso povo lá do interior não tenha que vir mais para a capital.

Com relação à questão da nossa agricultura, quais são as políticas para a agricultura do estado de Santa Catarina? Eu fico me perguntando quais as políticas que o governo do estado coloca ao alcance da nossa agricultura?

Por isso, deputado Décio Góes, nós defendemos uma participação efetiva do povo! Nós não estamos aqui para emplacar esse modelo de descentralização! Não estamos aqui para fazer isso! Agora, nós defendemos a participação efetiva do nosso povo. E nós temos feito isso basicamente em todas as prefeituras que governamos, através do orçamento participativo, quando a sociedade discute, debate e elenca as principais prioridades, e locando recursos para as prioridades. Quer dizer, existe uma outra forma de participar. Este é o modelo que nós defendemos: um modelo em que a cidadã e o cidadão se tornam sujeitos do processo, agentes participativos, decisivos, em todo o processo da estrutura pública.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não! Vou conceder um aparte a v.exa., deputado Décio Góes, aproveitando os 30 segundos que me restam.

O Sr. Deputado Décio Góes - É importante este assunto que v.exa. traz a esta Casa. Duas coisas nos estarreceram com a presença do secretário da Fazenda, ontem, na reunião das comissões. A secretaria não sabe o impacto financeiro da reforma administrativa. Isso é inédito. E segundo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero destacar aqui a participação do sistema Acafe dentro das universidades, em Santa Catarina.

A falta de vagas para os universitários já é de muito tempo. Há 30 anos, Santa Catarina formou o sistema Acafe e hoje nós temos uma grande rede que atende mais da metade da oferta de vagas de fato preenchidas dentro do estado. Hoje, ela tem 6.154 funcionários, mais de 9.177 professores e 167.594 alunos matriculados. O sistema Acafe representa, aproximadamente, 70% de toda a oferta de ensino superior no estado de Santa Catarina.

O sistema Acafe ainda se destaca pelas ações comunitárias. Em 2005, por exemplo, dos 167.594 mil alunos, 81.922 foram beneficiados com diferentes tipos de apoio. Vejam que 38.915 receberam bolsas de estudos e 225.892 pessoas, agora envolvendo outras pessoas, além dos universitários, foram atendidas no serviço de saúde, 634.098 foram atendidas em programas de educação comunitária e 528.456 foram atendidas em programas de promoção sócio-cultural. Essas são ações que o sistema complementa de forma especial, que é a atuação do estado na beneficência e na assistência social.

Mas a principal força do sistema Acafe é justamente a sua infra-estrutura de ensino, que hoje está disponível em 87 cidades catarinenses, contando com 2.100 laboratórios, 15.951 computadores instalados, plugados à internet, e aos quais os acadêmicos têm acesso. São mais de 400 grupos de pesquisa; 1.140 projetos que estão sendo desenvolvidos pelos docentes, naturalmente com a participação dos alunos; 1.669 projetos de iniciação à pesquisa que foram desenvolvidos só em 2005; 2.004 projetos de extensão, com a participação da comunidade; mais de 4.009 mestres, praticamente 1.200 doutores e mais de 1 milhão de livros colocados à disposição, nas bibliotecas, aos universitários e à comunidade.

O sistema Acafe destaca Santa Catarina como sendo o segundo estado da federação no que diz respeito à matrícula em cursos de graduação por grupos de 100 mil habitantes. No entanto, apesar dessa grande importância, o sistema tem-se ressentido pela falta de investimentos dos poderes públicos, seja naturalmente das prefeituras, até porque há limitação, pois dentro do Fundo Estadual da Educação as prefeituras precisam investir 25% do seu orçamento nos ensinos fundamental e médio, mas no ensino superior não.

Por outro lado, o governo do estado tem-se empenhado para destinar, através do art. 170, verbas que se incluam dentro dessa lei. No entanto, estão ocorrendo, agora, alguns atrasos. Por outro lado, o governo federal - e esse é um dos pedidos que a Acafe faz - precisa ter uma participação maior dentro desse sistema, justamente pelo trabalho social que faz.

Hoje, a universidade federal e a universidade estadual, em Santa Catarina, atendem, aproximadamente, 7 mil acadêmicos que ingressam todos os anos. Só que, como já dissemos aqui, existe mais de 300 mil jovens que necessitam e querem cursar uma faculdade. O sistema Acafe oferece essa vaga. São mais de 50 mil vagas por ano e, como dissemos, o sistema tem mais de 170 mil alunos matriculados.

Então, onde está o problema? Existe a vaga, mas o aluno não tem, na sua maior parte, recurso para bancar a mensalidade da universidade. Daí, então, a importância de, primeiramente, fazermos uma modificação no art. 2º, inciso I, e no art. 8º, inciso I, do projeto de reforma da educação superior, justamente para permitir, considerando o art. 242 da Constituição Federal, à Acafe que tenha mais liberdade para atuar.

De uma parte, elas não são particulares porque foram criadas juntamente com o poder público municipal, e, de outra parte, não são universidades públicas municipais, porque o município não participa com a receita e quem paga o custo é o próprio universitário.

Por isso nós pedimos aos srs. parlamentares apoio para a modificação dessa legislação, a fim de dar mais liberdade à Acafe em sua atuação.

Em segundo lugar, existe um grande número de ofertas de vagas, mas o aluno não pode pagar. Temos aqui o Fórum Permanente da Educação, dirigido pelo deputado Herneus de Nadal, que busca, em princípio, oferecer mais vagas aos alunos. O grande instrumento é exatamente o sistema Acafe, em que o governo federal, ao invés de espalhar a universidade federal pelo estado, compra vagas aqui na Acafe, pois em 87 cidades do estado já existe a faculdade da Acafe, que fica mais próxima do aluno. E nós sabemos que o sistema Acafe cobra do aluno aproximadamente um terço do que custa um aluno na universidade federal.

Então, além de atender a essa demanda reprimida, vai viabilizar essas faculdades e universidades do sistema Acafe, que hoje têm limitação financeira justamente pela dificuldade financeira que os seus alunos têm.

Na Acafe estão matriculados, principalmente, ou grande parte deles, alunos que têm mais dificuldades financeiras, quando comparados com os alunos da universidade federal. Pedimos ainda que os governos federal e estadual financiem cursos de pós-graduação e de doutorado, pois essa é outra maneira de repassar recursos a esse sistema, a essas universidades, para atender a tantos professores, a tantos mestres que querem se qualificar para atender melhor os seus alunos.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, peço o apoio especial a essa grande rede de ensino, que foi fundada pela iniciativa social, faculdade essa feita com o suor da sociedade catarinense e com a mensalidade dos alunos. Hoje, basicamente, ela é sustentada pelas mensalidades e pelo art. 170. Precisamos encontrar uma maneira para viabilizar melhor as nossas universidades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sra. presidente e companheiros deputados, só é revolucionário, só muda, só transforma quem é realista. O nosso partido, o PPS - e por isso estou falando no horário do nosso partido -, tem valorizado o trabalho da juventude para manter a renovação, para fazer a transformação.

Acompanhando a história do Legislativo catarinense, vimos que por três vezes parlamentares apresentaram propostas para criar o Conselho Estadual da Juventude. O ex-deputado Jaime Duarte, do PPS, em governos anteriores, apresentou essa proposta, que foi vetada e considerada inconstitucional. Por quê? Porque é uma prerrogativa única e exclusiva do Poder Executivo criar conselhos.

O ex-deputado Paulo Eccel também apresentou uma proposta nesse sentido, que foi vetada pelo mesmo motivo, que se chama vício de origem. O deputado padre Pedro Baldissera também está apresentando uma proposta nesse sentido.

O que nós fizemos? Procuramos, dentro da realidade, conversar com o secretário de Articulação, Ivo Carminati, com o líder do governo, deputado João Henrique Blasi, e com o próprio governador, no sentido de invertermos essa prerrogativa, fazendo com que o Poder Executivo, para não ter problemas de inconstitucionalidade nem vício de origem, tenha a iniciativa de enviar o projeto a esta Casa.

Fizemos, então, uma indicação que fala, primeiro, da importância do papel do conselho em apresentar e avaliar políticas públicas promotoras da cidadania, da cultura e das oportunidades para a nossa juventude. Uma delas (e todos nós aqui falamos) é ter uma política para combater o desemprego do jovem que está-se formando, inclusive, no 3º grau e já está desempregado.

Então, nós precisamos ter uma política dentro desse conselho. A criação de espaços como o Conselho da Juventude vai ao encontro da política de descentralização do atual governo.

Não tenham dúvidas de que a nossa indicação deixa bastante claro que é preciso reconhecer a luta histórica de iniciativa desta Casa. E por isso que ela contempla, em certo sentido, o que já foi feito. E quero dizer que o Executivo estadual já realizou inúmeras audiências públicas para discutir o Plano Estadual da Juventude, e essas apontaram para a criação do Conselho Estadual da Juventude.

Nós, então, enviamos a indicação, assinada pelo nosso presidente Julio Garcia, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

[...]

"A Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do deputado Sérgio Grando, solicita a instituição do Conselho Estadual da Juventude, mediante projeto de lei e iniciativa do Executivo Estadual. Propõe, ainda, que o Executivo aceite como contribuição à eventual elaboração de projeto de lei, os projetos de lei inerentes ao tema, apresentados pelos excelentíssimos senhores deputados estaduais."[...][sic]

Queremos aproveitar todas as iniciativas que já foram feitas pelos deputados e reconhecer esse trabalho conjunto de apresentar a solução. E não criticar o governo porque ele foi obrigado a vetar pela inconstitucionalidade, pelo vício de origem. Não há necessidade dessa disputa entre os poderes; nós temos que harmonizar. Se a iniciativa pertence ao Poder Executivo e nós ainda não estamos num Parlamentarismo, que nós lutamos e queremos, então vamos fazer com que o Executivo tome a iniciativa.

Esse é o papel e o trabalho do Parlamento. Tenho certeza de que seremos atendidos. Se não o formos, voltaremos a esta Casa para dizer a toda Santa Catarina que a nossa luta em prol da juventude é uma luta mais do que deste deputado; é uma luta do nosso partido, é uma luta de toda a juventude que se expressa em nosso estado.

Sra. presidente, para encerrar o meu discurso, vou ler o que saiu na *CBN Diário,* hoje pela manhã:

(Passa a ler.)

"Base aliada do governo Lula tenta barrar a perda de mandato."[sic]

É a decisão do Tribunal Eleitoral, na sua consulta. Vejam como a ditadura da maioria que existe se manifesta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos municipais e a toda comunidade dos municípios de Ipumirim, Ouro e Seara, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Polícia Comunitária de Lages, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Campos Novos, Capivari de Baixo, Cordilheira Alta, Coronel Martins, Macieira, Morro Grande, Ponte Alta do Norte, Sangão e São Cristóvão do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica a sra. Promotora de Justiça Tehane Tavares Fenner, cumprimentando-a pela posse no cargo de 2º Promotor de Justiça Substituto, da 2ª Circunscrição do Ministério Público, com sede na comarca de Blumenau.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao sr. Luiz Carlos Laurindo, cumprimentando-o pela doação de uma ambulância para o município de Imbuia.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, queria pedir permissão, na nossa forma militar de falar, ao deputado Jailson Lima, para subscrever essa moção, uma vez que sou amigo do Luiz Carlos Laurindo, é um imbuiense, inclusive é irmão do ex-prefeito da cidade, seu pai também é ex-prefeito, foi prefeito por dois mandatos, e é nosso amigo de infância e juventude na cidade de Imbuia.

Eu gostaria de pedir permissão ao deputado Jailson Lima para subscrever esta moção que será enviada ao nosso amigo da cidade de Imbuia, por essa atitude de desprendimento em nome de todos os munícipes daquela cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sr. deputado Sargento Amauri Soares, vamos consultar o deputado Jailson Lima. Tenho quase certeza de que não haverá problema algum para que o sr. também subscreva essa moção.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE(Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, gostaria aqui de tomar a iniciativa de fazer um requerimento verbal, se v.exa. assim entender de encaminhar, para que Santa Catarina possa ter representação, independente de partido político, independente de condição partidária, junto ao governo federal e propor, se for do entendimento de todos os parlamentares, a indicação de um catarinense para o ministério da Pesca, no caso, o nosso ex-prefeito de Chapecó, o ex-deputado federal, companheiro José Fritsch.

Conversei com os deputados para que possamos ver um catarinense em um ministério do governo federal, para que possa representar o nosso estado, acompanhar e intermediar as relações com o governo do estado, com os municípios e com a liderança. Pela experiência política que o companheiro José Fritsch tem, com certeza os srs. parlamentares não irão se opor, pelo contrário, Santa Catarina ganha com a sua indicação para o ministério.

O Sr. deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - É sobre o assunto que o deputado Pedro Uczai levantou?

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sim, é sobre esse e outro assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, acho que nós, catarinenses, queremos o melhor. Quanto melhor, melhor. Não queremos o pior como vários discursos que escutamos aqui. A solicitação do deputado Pedro Uczai merece o apoio deste Parlamento, o nosso apoio, para que tenhamos representantes do governo Lula representando o nosso estado.

E aproveito também, sra. presidente, para cumprimentar o presidente da Câmara Municipal de Bom Retiro, vereador Vicente Francisco Fernandes, o vereador Dalmir Sebastião Hemckmeier e membros do meu partido do PMDB lá de Bom Retiro, Daniel e Luciano, que estão hoje visitando a nossa Casa.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Os Democratas apóiam a solicitação do deputado Pedro Uczai. Além de tudo é uma questão de justiça à Santa Catarina e à figura de José Fritsch, que é uma pessoa que conhecemos, foi um excelente prefeito e um excelente ministro. Por isso a proposição do deputado Pedro Uczai tem o nosso integral apoio. Pode ser José Fritsch ou qualquer nome que o PT indique para Santa Catarina que teremos muito prazer em apoiar. Assim, o deputado Pedro Uczai e a bancada do PT terão a solidariedade dos Democratas.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado. Deputado Pedro Uczai, v.exa. fez um requerimento verbal e está sugerindo uma moção?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Uma moção.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência consulta as lideranças e já houve manifestação do PMDB, dos Democratas, do PDT e do PPS. Com a aquiescência das lideranças, peço a v.exa. para redigir a moção.

Então, desde já, com o apoio dos líderes, está aprovada a moção.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Que seja em nome da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, pois fica mais forte. Está bem, sra. presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Está acatada a sugestão do deputado Onofre Santo Agostini, ou seja, a moção será enviada em nome da Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Quero agradecer a sensibilidade dos membros do plenário, dos partidos, pois essa indicação terá mais força com o nome da Assembléia Legislativa.

O companheiro José Fritsch fez um trabalho extremamente reconhecido na estruturação do ministério da Pesca e da Aqüicultura no Brasil, pois está regulamentando todo esse setor que ainda carecia de muita regulamentação, embora sendo importante na economia brasileira. Então, é preciso dar continuidade a esse trabalho. Quero agradecer toda a Assembléia pela sensibilidade.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Décio Góes. Solicito ao deputado Valmir Comin que assuma a Presidência para que esta deputada possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares, visitantes que nos acompanham aqui nas galerias da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sejam muito bem-vindos, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e, também, aqueles que nos ouvem pela Rádio Digital.

Sr. presidente, srs. deputados, esta Casa aprovou uma lei de nossa autoria, designando o dia 29 de março como o Dia Estadual da Micro e Pequena Empresa. Hoje estamos comemorando, então, esse dia, com todas as micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina.

Quero salientar que o idealizador desse associativismo, o sr. Pedro Cascaes, da cidade de Blumenau, conseguiu reunir vários micro e pequenos empresários que necessitavam de um tratamento diferenciado, e hoje a Ampe - Associação das Micro e Pequenas Empresas da cidade de Blumenau, coordenada pelo sr. Airton Pires de Moraes, e pela vice-presidente, Susete de Novaes, estará comemorando, neste dia 29 de março, no Teatro Carlos Gomes, o Dia Estadual da Micro e Pequena Empresa.

(Passa a ler.)

"É com grata satisfação, senhores deputados, que posso dizer que esse segmento tem motivos para comemorar. É que falta pouco para entrar em vigor a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, ou o supersimples, como já foi batizada.

Sancionada em dezembro pelo presidente Lula, a legislação entrará em vigor no dia 1º de julho, abrindo mais espaço para o crescimento de milhares de iniciativas que surgem no país.

No ato da sanção, o presidente Lula previu a retomada do crescimento do país diante do avanço na questão tributária.

Sabemos, porém, senhores deputados, que nós, legisladores, precisamos criar outros mecanismos para destravar o crescimento social.

Em Santa Catarina, de acordo com os dados repassados pela Fampesc, a Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina, existem pelo menos 320 mil pequenas empresas, mas somente 150 mil são formais. Mais da metade das micro e pequenas empresas de Santa Catarina operam, então, na informalidade. Sabem por quê? Porque é difícil conviver com tanta tributação.

Volto a dizer, porém, que temos a convicção de que a lei geral ou o supersimples contribuirá para a resolução de grande parte desses problemas.

No estado o setor que mais concentra micro e pequenas empresas, é o da confecção. Em Blumenau, na nossa região do Médio Vale do Itajaí, é grande o número de micro e pequenos empresários do setor de confecção que matam, srs. parlamentares, um leão por dia para manter os seus compromissos em dia.

Então, fica aqui o meu abraço a todos os micro e pequenos empresários e a todas as micro e pequenas empresárias de Blumenau e também da região, que comemoram hoje, no dia 29 de março, 23 anos de criação da Ampe - Associação de Micro e Pequenos Empresários da região do Vale do Itajaí.

Mas outro assunto que me traz, também, hoje aqui, srs. deputados, é que hoje à noite, a partir das 19h, deputado Jandir Bellini, v.exa. também estará presente a uma audiência pública na Câmara de Vereadores do Município de Navegantes, a pedido da comunidade, de lideranças locais, tanto daquele município quanto do município de Itajaí, para debatermos e para os parlamentares ouvirem a comunidade sobre um projeto de lei, de autoria do executivo, que vai limitar a gratuidade do *ferry-boat*, que é uma balsa que faz a ligação entre o município de Navegantes e Itajaí. Então, hoje à noite, a partir das 19h, estaremos lá, vários parlamentares já confirmaram a presença, para debatermos com essas pessoas.

Para fazer uma retrospectiva do que está acontecendo e do que aconteceu com relação ao *ferry-boat*, vou me reportar ao ano de 1991, quando o Partido dos Trabalhadores daquela região, e também em nível estadual, lutava pela garantia do *ferry-boat* gratuito a todo e qualquer trabalhador e estudante. É a garantia, srs. parlamentares, do direito de ir e vir.

O *ferry-boat,* hoje, é explorado pela iniciativa privada em parceira com o governo do estado. E o estado agora, deputado Pedro Uczai, não quer mais garantir a gratuidade; quer limitar o benefício conquistado por todos os trabalhadores que moram naqueles dois municípios. Atualmente, segundo o Deter, mais de cinco mil pessoas, entre trabalhadores e estudantes, possuem o direito ao passe livre no *ferry-boat.* Ainda segundo o Deter, com a limitação imposta pelo governo estadual, 800 pessoas ficarão de fora desse benefício. E creio, porém, que será muito mais!"

O governo do estado quer economizar justamente ali, num benefício concedido depois de muita luta dos trabalhadores e estudantes. Inclusive, o prefeito da cidade de Itajaí atualmente, deputado Volnei Morastoni, foi um grande idealizador desse projeto. Ele foi deputado aqui nesta Casa na época, passaram vários governos e, retrocedendo no tempo, em 1991 a lei aprovada dava gratuidade aos pedestres, mas ela foi derrubada na Justiça. Em 1995, o deputado Volnei Morastoni conseguiu derrubar essa liminar na Justiça, e em novembro de 1998, num acordo entre o PT, através do deputado Volnei Morastoni e vários outros deputados, inclusive o deputado Pedro Uczai, a empresa e o governo do estado, foram delimitados dois horários.

Não atendendo ainda a manifestação da população dos municípios de Navegantes e Itajaí, em janeiro do ano 2000, através da intercessão do deputado Volnei Morastoni e outros deputados da época também, o então governador do estado Esperidião Amin, através de um projeto de lei, garantiu a pedestres, ciclistas, motociclistas, trabalhadores e estudantes essa gratuidade. Surpreendeu-me agora um novo projeto estar vindo para esta Casa limitando no valor de três salários mínimos.

Não estou aqui para julgar, mas estou aqui - e é isso que vamos fazer hoje à noite na Câmara de Vereadores de Navegantes - para ouvir a comunidade. Eu já recebi diversas manifestações de entidades civis organizadas, de lideranças políticas e da população local que são contra a aprovação desse projeto no Parlamento catarinense, que é uma luta antiga.

Quero também dizer, srs. deputados, que começou limitando até três salários mínimos; quem sabe daqui a alguns anos vão tirar a gratuidade, e já houve, inclusive, uma manifestação nesse sentido.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputada Ana Paula Lima, que bom que esse debate vem para a Assembléia Legislativa através de vários parlamentares e v.exa., porque lembro que, em 1998, eu nem conhecia direito essa palavra *ferry-boat* e era o então deputado Volnei Morastoni que teimosamente aqui fazia a luta. Hoje ele é o nosso prefeito do município de Itajaí e, com certeza, está preocupado que essa conquista possa se perder ou ser negada.

Por isso que os parlamentares desta Casa não podem destruir e tirar direitos. Ontem tiramos aqui um privilégio. Isso não é privilégio; isso é um direito conquistado, e direito conquistado não se destrói, não se nega. E, conseqüentemente, a despesa que se tem lá no *ferry-boat* é muito pequena para colocar o estado em xeque, porque senão é um contra-senso nós ouvirmos dos parlamentares da base governista e do secretário da Fazenda que o estado está equilibrado - foi isso que eles disseram ontem -, e agora eles pretenderem tirar um direito lá da população, dos trabalhadores.

Por isso que essa luta é boa. Parabéns pela sua manifestação aqui, vamos para a luta e uma boa audiência, hoje, lá! Eu não poderei estar presente, mas, em nome do Partido dos Trabalhadores, podem contar com a minha solidariedade, porque direito não se destrói, não se nega e conquista-se cada vez novos direitos.

Parabéns e continue essa luta, porque se o estado está equilibrado, não é tirando os direitos dos trabalhadores que vai melhorar a situação financeira.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Deputada Ana Paula Lima, com certeza na audiência pública que vai-se realizar hoje à noite vamos sentir da comunidade a importância dessa passagem gratuita. E como disse o deputado Pedro Uczai, não são privilegiados, mas pessoas que têm o direito, que trabalham, que produzem e pagam impostos.

Com relação a esse relato de luta que vem sendo feito que v.exa. apresentou, eu queria acrescentar que em junho de 1995 o então deputado Volnei Morastoni, eu e mais um funcionário do Deter pagamos do nosso bolso para fazer uma pesquisa do que representava o *ferry-boat.* Em dezembro nós apresentamos aqui, em conjunto, um projeto de lei que dava a gratuidade ao *ferry-boat*.

Então, essa luta vem de longo tempo e hoje nós vamos estar lá para defendê-la ainda mais.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Deputado Jandir Bellini, hoje nós vamos ouvir a comunidade, mas não podemos deixar, depois de tantas lutas, esses trabalhadores ficarem sem esse benefício, que é a gratuidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - É apenas para registrar a presença nesta Casa do ex-deputado e amigo desta Casa, Lírio Rosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, não pretendo aqui alongar o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima, mas gostaria de dizer-lhe, assim como ao deputado Jandir Bellini, aos prefeitos de Itajaí e Navegantes e à comunidade local, que eu também estarei hoje à noite, às 19h, na Câmara de Vereadores participando dessa audiência pública, por justamente atender, também, a intenção do governo, que encaminha àquela comunidade um projeto de lei para formalizar uma gratuidade que existe, hoje, e que é oferecida praticamente a todos os usuários. Na verdade, hoje é cobrado de quem atravessa de moto, de carro ou de caminhão, transportando alguma carga, mas o transporte é oferecido gratuitamente a todos os pedestres.

E naturalmente que nós também estaremos lá, até porque, juntamente com o deputado Jandir Bellini, com as lideranças daqui da foz do rio Itajaí-Açu, também encaminhamos alguns investimentos que deverão ser feitos entre Itajaí e Navegantes, um deles, no caso, é a construção - e esperamos que seja em breve - de um túnel entre Itajaí e Navegantes, que iria resolver essa questão da passagem entre uma cidade e outra, que é muito importante.

Se nós olharmos o retorno dos tributos em Navegantes e compararmos com o retorno dos tributos que acontecem para Itajaí, veremos que na verdade para cada dois itajaienses, precisa-se de quase quatro navegantinos para ter a mesma correspondência de retorno de impostos.

Hoje, o nosso sistema tributário, além de não cobrar mais de quem ganha mais - mas cobra muito dos assalariados -, ainda distribui erroneamente. As cidades mais pobres tendem a ganhar ainda menos; os moradores das cidades que não têm fábrica, que muitas vezes até não poluem o meio ambiente, trabalham na cidade vizinha, como acontece em Guabiruba, em que os guabirubenses trabalham e compram em Brusque; como acontece com os navegantinos, que compram e trabalham em Itajaí; como acontece com os palhocenses, que trabalham e compram em São José ou em Florianópolis. Aquele movimento econômico não aparece lá na sua cidade, e daí na hora de dividir o bolo tributário estadual e o nacional... E já ouvimos tantas vezes o governador reclamar que o pacto federativo é demasiadamente injusto, mas que nós precisamos corrigi-lo e, ao mesmo tempo, corrigir a distribuição dos recursos financeiros, sejam da União, sejam do estado. Justamente porque as cidades mais pobres produzem menos não porque a população é preguiçosa, mas porque trabalha em outra cidade. Elas aparentam ter um movimento econômico menor, mas não é porque não gastam, não é porque guardam no travesseiro os seus salários. Não! Eles estão gastando na cidade vizinha, eles estão gastando na cidade maior, e daí não aparece no seu movimento financeiro.

Srs. deputados, nós precisamos rever isso até de uma forma urgente, no meu entender, porque nós nunca vamos conseguir fazer com que todas as pessoas tenham uma renda igual, até porque elas trabalham diferentes horas do dia. Algumas trabalham quatro horas, outras trabalham 12 horas e há até aquelas que trabalham 16 horas.

Então, naturalmente que a renda familiar, a renda pessoal de cada um, é variável, e nisso nós não queremos mexer. Nós não queremos, de maneira nenhuma, interferir no rendimento desse ou daquele, dessa ou daquela empresa. E vejo aqui o deputado Marcos Vieira, do PSDB, que teve uma grande participação no governo anterior como secretário de estado. Temos aqui na Casa muitos ex-prefeitos que conhecem bem essa realidade. Esta Casa, por ter deputados, ex-deputados e ex-prefeitos que têm a sua trajetória social e política longas, pode dar uma contribuição grande ao governo e à sociedade para encontrar uma maneira mais justa de dividir os tributos.

Agora, o governador encaminha essa reforma administrativa, que quer dar mais agilidade ao governo, quer colocar o ouvido perto da Casa de cada um, quer estar com a mão, com a sua ação, com a sua participação em cada cidade, em cada região de Santa Catarina. E essa é uma grande ação.

Certamente vemos que um passo seguinte, um passo adiante será encontrarmos uma maneira de dividir de uma forma mais justa, mais equânime os nossos tributos. Vejam que 40% de toda a circulação de dinheiro é de tributos - ou é tributo municipal, ou é estadual, ou é nacional; de uma forma direta ou indireta, 40% são de tributos. Esse tributo não deve voltar para quem pagou, porque se for para voltar exatamente para aquele que pagou, então vamos deixar com ele direto! Não! Esse tributo vem ao governo para que ele, com as mãos mais puras e mais santas, possa fazer uma divisão mais equânime e proporcionar à nossa sociedade um contentamento social melhor.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Serafim Venzon, v.exa., no seu pronunciamento, toca numa questão de fundamental importância para todo o país, que é a divisão do bolo que é arrecadado todos os meses pelo governo federal, e que na sua grande maioria fica no caixa do governo central, tendo a população em cada um dos municípios, em cada um dos estados, sofrendo as agruras do seu dia-a-dia.

Um dos problemas mais importantes, hoje, da sociedade brasileira, começa a ser estampado nos principais jornais do país, na grande imprensa. Na *Folha de S.Paulo*, desta semana pudemos ver: "Violência explode como principal problema do país". Estamos vendo, no país afora, a violência. Está tramitando um projeto de emenda constitucional no Congresso Nacional dando competência aos estados para legislar sobre segurança pública. A pergunta que faço é a seguinte: se os estados terão competência de legislar, os recursos arrecadados que estão centralizados em Brasília também serão repassados aos estados e municípios para que a população possa ter uma segurança melhor, com mais policiais e equipamentos nas ruas?

Então, deixo aqui no ar essa pergunta, nobre deputado - e é muito pertinente o seu pronunciamento -, dizendo que, efetivamente, a segurança pública passa a ser um dos principais problemas.

Vejam que manchetes de jornais do país inteiro estão tratando da questão da violência.

Já fiz vários pronunciamentos nesta Casa sobre a questão da violência, e vou continuar batendo na mesma tecla até o governo federal efetivamente liberar os recursos necessários para os estados, dividir o bolo como um todo para que a sociedade brasileira possa ter os seus anseios atendidos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço o seu aparte, nobre deputado, e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Para encerrar, queremos trazer ao conhecimento dos parlamentares desta Casa essa grande responsabilidade que temos. O instrumento que temos é a arrecadação, e a distribuição desse arrecadado é o que nos cabe. E precisamos fazer com que essa parte que nos cabe chegue a cada cidade, a cada município em forma de: segurança, saúde, educação, estradas, casa popular, remédios, transporte coletivo. Enfim, temos tantas maneiras de fazer chegar uma melhor qualidade de vida, com a arrecadação que temos, de tal maneira que cada cidade possa merecer aquilo que é justo, e olhando principalmente o seu número de habitantes e não o seu número de fábricas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje vamos falar sobre coisas boas que estão acontecendo no estado de Santa Catarina e na serra catarinense. Mas antes de falar da serra, quero tecer alguns comentários sobre o pronunciamento do deputado Pedro Baldissera.

Fui seminarista, deputado Manoel Mota, e lá aprendi que a vida de um padre seria orientar e não desorientar. Tenho acompanhado os pronunciamentos do deputado Pedro Baldissera e percebido que, às vezes, está desorientando os seus fiéis, porque não está falando totalmente a verdade do que está acontecendo no estado de Santa Catarina.

Tenho o maior respeito pelo padre, pois já fui seminarista, mas as coisas estão acontecendo, e elas não acontecem de uma hora para outra; nós temos que contar a história das coisas ou daqui a pouco nós não saberemos do que está sendo falado.

Primeiro, todos sabemos que, se não houver a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional, não há liberação de recursos! Os recursos estão lá. Aqui se discute a política do macro, mas lá no município ela é discutida dentro do Conselho de Desenvolvimento Regional.

Nós sabemos que está sendo feita uma ação de saúde para o interior do estado, mas não é do dia para a noite, deputado Sargento Amauri Soares, que se cria saúde no interior de Santa Catarina. Mas eu posso dizer que daqui a alguns dias, deputada Ana Paula Lima, Lages vai se tornar referência em várias especialidades na área de saúde. Daqui a alguns dias teremos lá ressonância magnética, radioterapia, quimioterapia, leito de queimados, a área infantil. Temos lá - já foi inaugurado - o melhor centro obstétrico do estado - não o maior, mas o melhor -, e uma

central de esterilização. Portanto, nós estamos nos tornando uma referência em saúde, e as ambulâncias que trazem as pessoas para Florianópolis vão parar. Mas não é do dia para a noite que se cria isso!

Srs. deputados, sobre a nossa política agrícola, o próprio governo Lula, deputado Serafim Venzon, através da ministra do Meio Ambiente, estará em Santa Catarina no dia 3 de abril, em São Joaquim. E através de um trabalho realizado pela Epagri será lançada a goiaba serrana, que já está até na Nova Zelândia. Eu vou ler um pouco sobre o que é a goiaba serrana:

(Passa a ler.)

"Duas cultivares da goiaba serrana serão lançadas no dia 03 de abril, no município, pelo ministério do Meio Ambiente. Com a iniciativa a fruta chegará aos supermercados em 2008."

Quem já foi na Festa da Maçã deve ter experimentado a goiaba serrana, que ainda não está no mercado.

(Continua lendo.)

"Pouco conhecida da população, ela é uma fruta nativa do Brasil, mas que até então não era produzida comercialmente em escala nacional. Por isso o ministério classificou a goiaba serrana como uma planta do futuro."

O lançamento em São Joaquim coloca a goiaba serrana como a primeira dessas espécies que terá sua produção organizada no país.

O estudo foi realizado por pesquisadores da Epagri, juntamente com o governo do estado e o governo federal. São políticas agrícolas, são ações na área agrícola.

(Continua lendo.)

"A goiaba serrana é adaptada a regiões mais frias que ficam acima de 1.200 metros de altitude. Abaixo disso a planta fica suscetível a pragas. Por se desenvolver em regiões da serra, a goiaba ganhou popularmente o nome de serrana.

A aparência e o sabor lembram a goiaba que já é comercializada. Entretanto, a versão serrana tem um gosto mais ácido e silvestre. Ela será uma boa opção para quem quer experimentar novos sabores.

Outro objetivo do Ministério do Meio Ambiente é impedir que aconteça com as outras espécies o que aconteceu com a goiaba serrana que há muitos anos é produzida na Nova Zelândia. Lá é possível encontrar sucos, biscoitos, geléias, óleos, champanhe, entre outros produtos feitos a partir da polpa da fruta."

Mas nós podemos falar de outras políticas para a serra catarinense como o mirtilo, que nós estamos produzindo; a uva, de primeira qualidade; vinhos finos, que é um trabalho de política agrícola e a maçã, com novas tecnologias.

Posso falar também que o celeiro catarinense, que há pouco tempo era conhecido somente em Campos Novos, a partir de agora com o trabalho de política agrícola desenvolvido na nossa região, Cerro Negro e Campo Belo do Sul, tornou-se também um celeiro de grãos. Para se ter uma idéia, somente em Campo Belo do Sul e Cerro Negro, entre a soja e o milho serão colhidas este ano - e não era uma prática de lá - 550 mil sacas de grãos, sendo 300 mil somente de soja. Graças a Deus o tempo ajudou, e o preço também. É a melhor safra dos últimos 10 anos, e com o aumento de 50% no preço. E o melhor, deputado Décio Góes, é que a nossa cooperativa, a Coopercampos, já garantiu toda a compra do produto que sai da terra, que começa efetivamente a sua colheita no dia 10 de abril.

Ontem conversei com o vice-prefeito de Campo Belo do Sul, que é um dos produtores que comemora esta nova safra. E ele dizia que os agricultores têm que comemorar, porque tinham muitas dívidas e agora esta nova safra quase conseguirá tirá-los do atoleiro. Mas ressaltou, tanto ele quanto o gerente da Coopercampos, que é o Jucelino Mattos - e que por acaso é meu primo, mas seu cargo não é público, ele ganhou não por indicação minha, já estava lá há um bom tempo - o trabalho do estado, o apoio do estado aos nossos agricultores.

Então, existem políticas agrícolas, mas talvez não sejam perceptíveis, como as oliveiras que estamos plantando na serra e logo vamos começar a produzi-las. Hoje o deputado Romildo Titon, falou do girassol que está sendo produzido em Campos Novos, também está sendo produzido na serra com o apoio da Epagri e do governo do estado. Enfim, as coisas estão acontecendo.

Na área da saúde as coisas também estão acontecendo, porque não é do dia para a noite que se resolvem os problemas.

As secretarias funcionam, sim. Eu já fui secretário e posso falar sobre as secretarias! Não é como o deputado Kennedy Nunes, que vem aqui dizer que ouviu. Não, eu vivi e convivi, não é a mesma coisa que dizer que ouviu alguém falar. É diferente, porque eu vivi dentro da secretaria e sei de todas as ações da secretaria. Se o prefeito de São Miguel d'Oeste veio aqui, me desculpe, mas ele veio para dar uma passeada e comer um peixe. Porque as coisas lá na ponta vão acontecer, como aconteceram na secretaria regional de Lages. Por isso eu posso falar, posso vir à tribuna e dizer como funciona uma secretaria regional.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu fico muito contente com essas conquistas que a nossa serra está tendo. Foi fruto de um trabalho de pesquisa científica, que está se adequando e estão descobrindo a vocação econômica de toda aquela região. É o resultado de um trabalho de pesquisa de anos da Embrapa, da Epagri, enfim, de todos os nossos órgãos de pesquisa. Então, é extremamente gratificante ver os resultados agora aparecerem.

Agora, eu não posso concordar com a sua afirmação inicial com relação ao nosso líder, deputado Pedro Baldissera, pela sua conduta, representatividade e postura. Ele é um parlamentar de altíssima qualidade e está parecendo mais uma questão pessoal pela forma como v.exa. se referiu a ele. Acho que não foi sua intenção. Mas também não podemos impedir que Oposição relate aqui as constatações da realidade. Na verdade o secretário de Finanças e Tributação do estado veio aqui e disse que não há problemas de caixa no estado.

Então, se deduz que os atrasos que estamos observando - e o povo sabe, quem está nos assistindo pela TVAL sabe -, as obras paralisadas, as necessidades do estado em se livrar do zoológico da Santur, de Balneário Camboriú; da biblioteca em Florianópolis; do teatro; do centro social urbano; de estradas, nos municípios, esta necessidade é uma opção política. E por que fazer isso se não tem problema? Ou o dinheiro está centralizado aqui e lá está descentralizado com um conjunto de pessoas para dar desculpas pelo governador.

Então, nós não podemos ser impedidos de falar esta realidade que estamos sentindo nas ruas.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concordo, deputado Décio Góes, temos que pesquisar. Mas o deputado Pedro Baldissera falou esta semana na tribuna que, por falta de recursos, as obras da BR-116, em Timbó Grande, paralisaram, quando todos nós sabemos que a empresa abandonou a obra.

Então, eu acho que nós temos que pesquisar, falar com seriedade e com responsabilidade, pois as pessoas estão nos escutando em casa! Senão, daqui a pouco isso vai virar uma verdadeira bagunça e ninguém mais vai acreditar em ninguém! Se não acreditarem em padre vão acreditar em quem?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de participar de uma sessão no Parlamento catarinense nesta manhã de quinta-feira, quero registrar nos anais desta Casa, a presença do ilustre homem honrado, ex-prefeito de Araranguá, presidente do meu partido, sr. Neri Francisco Garcia. É um prazer tê-lo conosco na manhã de hoje.

Quero falar um pouco sobre a vinda do secretário dr. Sérgio Alves, na manhã de ontem, na comissão conjunta de Finanças e Tributação e de Justiça.

A Oposição o convocou para dar explicações sobre R$ 1 bilhão, que teria que ter sido economizado, porque o governo estava com um rombo neste valor. Então, na verdade, a Oposição achou que como o secretário assumiu há apenas dois meses, teria problemas para explicar, que iria se atrapalhar e isso daria subsídios para fazer críticas como costumam, infundadas e levianas nesta Casa.

O secretário Sérgio Alves não fez uma exposição, apenas, ele deu um *show* de conhecimento, de tecnologia, de preparo, adquirido ao longo do tempo pela sua vida empresarial. S.Exa., ontem, apresentou uma esperança viva de dias melhores para o estado de Santa Catarina, porque é um homem altamente preparado. Explicou com rapidez, mas com facilidade e com tranqüilidade. Quem não o conhecia, com certeza, ficou surpreendido por sua capacidade, por sua competência e por sua criatividade. Ele tem uma equipe extraordinária e conheço a todos. O deputado Renato Hinnig fazia parte daquela equipe extraordinária.

Por isso, não temos dúvida nenhuma, mas temos plena convicção de que o governo está caminhando com passos mais firmes, mais fortes para trazer cada vez mais recursos para investimentos ao povo catarinense. O povo elege um governo e os parlamentares para buscar resultados. E aqui, neste Parlamento, existem alguns parlamentares vazios, que não apresentaram sequer uma proposta para o governo e para mostrar ao povo que foi eleito para apresentar propostas, soluções e encaminhamentos para o povo catarinense.

O deputado Joares Ponticelli, declarou ontem que vai votar contra. Então, para ele não interessa se será bom ou ruim para a sociedade catarinense. Ele vai votar contra e já disse que a bancada também. Então, não foi eleito para buscar soluções, alternativas ou para dizer que esse projeto é bom, mas aquele outro não! Ou, isso serve para a sociedade, mas aquilo não! Mas dizem que vão votar contra e não apresentam proposta alguma. É lamentável! E fez algumas críticas dizendo que o governo deve "a", "b" ou "c" e que tem que pagar e tal. Eu aqui marquei aqui alguns itens, por exemplo: a federalização

do Besc, a dívida do Ipesc, a dívida da Celesc, que a dívida pública de Santa Catarina passou de R$ 4 bilhões para R$ 8,5 bilhões. O governo do estado pagava R$ 40 milhões por mês para o governo federal e depois da dívida pública aumentada passou para R$ 80 milhões. Isso significa 480 milhões por ano a mais que o estado tem que pagar e R$ 5,7 bilhões em um mandato.

Então, é muito fácil vir para cá fazer críticas levianas, infundadas e não olhar para trás, para o estrago que fizeram com o povo catarinense, porque alguém paga a conta e quem paga é o governo com o dinheiro do povo. Quer dizer, para tudo que foi feito quem está pagando a conta é o povo.

Gostaria que, principalmente o deputado Joares Ponticelli, de quem estou falando, estivesse aqui para ouvir e para se defender. Não gosto de fazer acusações quando o parlamentar não está, mas, como o deputado faz as críticas e depois foge do plenário, não tenho problema nenhum em falar agora. Estou acostumado a vê-lo fazer as críticas e fugir.

Jogou para a sociedade que havia o rombo de R$ 1 bilhão, e aí eu disse ontem que ele não sabia se era R$ 1 bilhão financeiro ou orçamentário. Mas a ele não interessa o orçamentário, interessa só o financeiro. A questão é a seguinte: é preciso enquadrar, reduzir despesas para poder buscar R$ 1 milhão a fim de dar amparo a setores como a folha de pagamento e outros, mas amparo orçamentário e não financeiro. Mas para ele não interessa, só interessa o que é ruim. Ficou decepcionado porque não era aquilo que queria ouvir! A questão é orçamentária e não financeira.

Então, é preciso dar transparência às ações, com um governo moderno, sábio, descentralizado, que faz com que, através dos conselhos, a sociedade participe efetivamente. É um governo que tirou a caneta das mãos para entregar para o povo, porque os conselhos decidem o que o governo realiza. Então, tirou a caneta das mãos porque quem decide é a população. Chega de orçamento feito aqui em quatro paredes por tecnocratas que não buscam o sentimento do povo.

Dentro dessa linha, quero aqui parabenizar o secretário de Finanças e toda a sua equipe. Tenho que dizer ao deputado Décio Góes, a quem concederei aparte: V.Exas apresentaram soluções e apresentaram emendas. Não critiquei quem veio trazendo alternativas, mas, sim, quem foi omisso. E o PP foi omisso, assim tem que receber essas críticas.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero ressaltar que o Partido dos Trabalhadores estudou profundamente a reforma administrativa e apresentou um conjunto de 36 emendas para melhorar o projeto de reforma administrativa do governo.

Quero dizer também que essa transparência e essa democratização que v.exas. tanto falam, não estamos percebendo, porque o governo até agora não respondeu uma pergunta sequer das que a Oposição fez. O secretário esteve aqui nesta Casa, admitiu que não participou da reforma administrativa, que não sabe o impacto financeiro dessa reforma e nos deixou a todos perplexos, a ponto de chamarmos, então, o secretário da Administração, Ivo Carminati para saber quem é o pai da criança, quem vai realmente esclarecer quais são os reais objetivos da reforma administrativa que, a nosso ver, é uma reforma financeira e, mais do que isso, uma reforma política.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero dizer a v.exa. que a convocação que o Partido dos Trabalhadores fez foi para falar sobre a questão do R$ 1 bilhão. Foi para isso e não sobre alterações. Então, v.exa. me desculpe, mas chegaram ali querendo buscar outros pontos, abordaram outros pontos, e não ficaram satisfeitos, porque realmente o secretário deu um banho. Chegaram a dizer na imprensa que o secretário foi mais político dos que os próprios políticos. Claro, ele foi competente, explanou com clareza, com transparência, porque este é o governo de Luiz Henrique, transparente, competente, descentralizado, que ouve a população e o sentimento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu quero dizer ao deputado Dagomar Carneiro, que vai utilizar a tribuna daqui a pouco para falar sobre a invasão de terras, o assentamento ou o acampamento no município de Calmon, que tem a minha solidariedade e o meu apoio, porque nós sabemos e conhecemos aquela região. Infelizmente, não posso ficar porque tenho outro compromisso, mas quero hipotecar a minha solidariedade a v.exa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc, quero falar um pouco sobre a visita do secretário Sérgio Alves, ontem, nesta Casa, na reunião realizada pelas comissões de Constituição e Justiça e de Tributação e Finanças e dizer que efetivamente o projeto da reforma administrativa enseja o cumprimento do compromisso político que o governador Luiz Henrique passou por ocasião da eleição e se tornou vencedor. É por isso que esse projeto está aqui nesta Casa.

Nessa ocasião, aproveitamos também para propor algumas reduções de custo, pois essa é a única via pela qual poderá haver sobra líquida de caixa no governo do estado, e qualquer esforço no sentido de incrementar a arrecadação não se reflete em sobra líquida no caixa porque existe uma legislação que impõe transferências em termos percentuais da receita líquida disponível. Então, foi comprovado, no dia de ontem, que sobram apenas 3% de tudo o que se arrecada para que o governo possa cumprir com o seu custeio e fazer os investimentos necessários.

Mas o assunto que me traz à tribuna, na data de hoje, diz respeito à pesquisa do IBGE que foi veiculada esta semana, que aponta que o item Segurança Pública despontou com a primeira colocação entre as preocupações da sociedade brasileira, desbancando, inclusive, o desemprego que, sem dúvida alguma, continua sendo uma das grandes preocupações das nossas famílias.

Eu falo sobre esta questão da segurança pública para trazer a v.exas. alguns números. Em 2003, tínhamos uma população carcerária de 5.000 homens e mulheres no estado de Santa Catarina e um déficit de 2.500 vagas. No ano de 2007, estamos com uma população carcerária de 12.000 homens e mulheres e com um déficit de 4.000 vagas no sistema prisional. E é preciso registrar que no primeiro mandato do governador Luiz Henrique a secretaria da Segurança abriu 2.426 vagas no sistema prisional, hoje todas ocupadas.

Eu trago este assunto à tribuna para pedir à bancada do PT, desta Casa, que nos ajude a sensibilizar o governo federal, no sentido de aportar recursos ao estado de Santa Catarina para que se consiga abrir novas vagas no sistema carcerário. A exemplo do que está ocorrendo no estado do Rio de Janeiro, onde se tem ouvido notícias de barbaridades na área do crime, em Santa Catarina também estão acontecendo situações preocupantes. Quando se fala no município de Angelina, por exemplo, que é um município da Grande Florianópolis, tem-se logo a impressão de ser um lugar tranqüilo, pacato, mas nas duas últimas semanas Angelina e região têm sofrido assaltos e furtos em grande quantidade, inclusive um seqüestro ocorreu na semana passada.

Isso, srs. deputados, ensejou uma mobilização daquela comunidade no sentido de realizar, na semana anterior, quinta-feira, uma reunião, ocasião em que compareceram 25 lideranças empresariais, o prefeito, como também o delegado regional de Palhoça e o comandante do pelotão de Santo Amaro da Imperatriz, que tem atuação policial naquela área. Nessa reunião surgiram propostas de alternativas para a solução do problema, em que a comunidade teve de assumir alguns compromissos, como o de construir sede para a polícia, de auxiliar no pagamento do aluguel e na alimentação dos policiais que para lá se deslocarem.

Na última terça-feira, nós tivemos a oportunidade de participar de uma audiência com o secretário da Segurança Pública Ronaldo Benedet, onde essas questões foram abordadas, ou seja, que lá fosse colocado um policiamento mais ostensivo, com a presença da P2 e do Deic naquele município, para que fossem investigados esses crimes, porque numa cidade pacata, onde há sempre tranqüilidade, quando acontece esse tipo de coisa há um tumulto e um desespero generalizado. Mas o secretário tomou de imediato as providências cabíveis e certamente irá haver um recrudescimento nesse tipo de crime naquela região.

Na verdade, isso está acontecendo porque existem muitos criminosos já sentenciados que ainda estão soltos, sem cumprir o seu mandato de prisão, por falta de espaço no sistema carcerário. É por isso que venho a esta tribuna pedir à bancada do Partido dos Trabalhadores que nos ajude a fazer esse trabalho de sensibilização junto ao governo federal, para que sejam aportados recursos com essa finalidade para o nosso estado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - É um prazer, pois v.exa. é um profundo conhecedor deste tema.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

Quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que conversamos também duas vezes, esta semana, com o secretário Ronaldo Benedet sobre esta questão. Nós temos falado a ele, inclusive, sobre a necessidade de ampliarmos o número de vagas no sistema prisional e nas casas de internação de menores infratores. Então, estamos trabalhando nesse sentido.

A Polícia Militar e a Polícia Civil estão empenhadas, também, nesse trabalho e existe uma nova motivação. Temos muita coisa para melhorar, dentro dos interesses das nossas categorias, com relação à carreira e ao salário, mas existe uma motivação diferente. São necessárias mais vagas porque existe a possibilidade e a necessidade de retirar das ruas uma quantidade grande ainda de infratores e criminosos, mas a nossa profissão é essa e estamos desempenhando bem a nossa função.

Embora tenha aumentado bastante o número de vagas nos últimos quatro anos, é preciso que seja aumentado ainda mais, é preciso que o estado invista mais nesse setor, para que possamos de fato cumprir com o clamor da sociedade em virtude do grande número de criminalidade que existe em nossa sociedade.

Nós, policiais e bombeiros, estamos empenhados na nossa profissão, na nossa função, sou militante de esquerda, mas tenho plena clareza de que é preciso retirar das ruas aquelas pessoas que perturbam a tranqüilidade e o sossego da nossa população majoritariamente trabalhadora e de bem.

Parabéns a v.exa. pelo seu pronunciamento! Vamos trabalhar juntos no sentido de que possamos dar mais soluções para essa questão da violência, para o aumento da criminalidade na nossa sociedade.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero deixar claro a minha disponibilidade, além de contar com a parceria da bancada do Partido dos Trabalhadores. E v.exa. também pode acessar direto o governo federal, porque isso faz parte. O presidente Lula teve a sensibilidade de, em face dos grandes problemas nacionais, fazer uma ampla aliança justamente para enfrentar todos esses problemas.

Então, estamos todos juntos nessa luta!

Obrigado!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputado. A nossa proposta é exatamente no sentido atuarmos de forma conjunta, para buscarmos uma solução para esse grave problema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dagomar Carneiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero fazer uma saudação especial ao prefeito do município de Calmon, minha terra natal, bem como ao prefeito de Matos Costa, que estão presentes, no dia de hoje, na Assembléia Legislativa. Quero fazer também uma saudação especial ao nosso comandante do Corpo de Bombeiros de Brusque, o capitão Gambá, e aos bombeiros voluntários que hoje estão prestigiando a sessão desta Casa e que fazem um grande trabalho no nosso município de Brusque.

Sra. presidente, o motivo que me traz hoje à tribuna diz respeito a uma situação que está ocorrendo e que está preocupando muito a região na qual eu nasci, que é o município de Calmon, onde se instalou, há 60 dias, um acampamento distante a mais ou menos mil metros da cidade, que abriga 200 famílias sem-terra.

Vejam v.exas. que o município de Calmon possui aproximadamente cinco mil habitantes. Nós estamos nesse local com 200 famílias, em torno de mil pessoas, ou seja, 20% de toda a população do município. Quero ressaltar que 95% das pessoas que ali estão acampadas não são naturais dali e não residiam também no município.

Isso, srs. deputados, está gerando muita preocupação às pessoas que lá moram, tanto que hoje o sr. prefeito está aqui em Florianópolis para falar com o governador, com o secretário da Educação, com o secretário da Saúde, por dois motivos: primeiro, pelo conflito, pela insegurança que está sendo gerada no município, no qual ele é prefeito, entre os proprietários de terra daquela região, entre as famílias tradicionais que há mais de 100, 200 anos têm as suas propriedades ali e isso pode gerar um conflito. Segundo, como prefeito ele fica muito preocupado com essa situação porque são mil pessoas que estão ali acampadas em condições desumanas, mas isso não é somente responsabilidade do prefeito, é também do governo do estado, do governo federal. E o problema veio cair na porta da prefeitura e ela não pode deixar crianças e senhoras sem comida, sem remédio, sem assistência, sem escola.

É grande a nossa preocupação, como também de toda Santa Catarina, pois é um estado que tem como características as mini-propriedades. Não temos latifúndios improdutivos, então, não há razão para assistirmos a invasão de propriedades, como ocorreu, agora, no município de Calmon. Apesar de que essa é um pouco diferente, porque até a proprietária da terra se dispõe a vendê-la. Mas pelo tamanho da propriedade, não há condições de abrigar 200 famílias, comportaria, talvez, dez, 12, 15 famílias.

Então, o meu pronunciamento, no dia de hoje, srs. deputados, é para chamar a atenção do presidente Lula, no sentido de fazer uma reflexão do que está acontecendo em termos de reforma agrária neste país, e agilizar para que a Assembléia Legislativa encaminhe um expediente ao presidente e aos seus ministros informando que não somos contra a reforma agrária.

Nós somos contra a bagunça agrária que acontece no Brasil, com invasões de propriedades, deputado Elizeu Mattos. V.Exa., que é da região serrana, com certeza deve acompanhar também, na região de Lages, alguns problemas desses. Isso é muito fácil de ser resolvido, porque mesmo Santa Catarina não tendo grandes latifúndios, existem inúmeras propriedades que estão à venda, existem inúmeras propriedades que são de posse do governo federal pelo Brasil afora. Então, seria muito fácil fazer o levantamento dessas terras que são do governo federal e fazer um levantamento das terras que estão à venda porque os seus proprietários não querem mais usufruir delas. Aí, sim, seria bom!

Como hoje toda desapropriação tem que ser pelo valor venal, se o governo vai pagar por uma desapropriação de alguém que não quer vender a sua terra, que não quer se desfazer dela, por que não usar esse dinheiro, deputado Sargento Amauri Soares, para comprar as propriedades das pessoas que não querem mais a sua terra?

Desta forma, estaríamos fazendo uma verdadeira reforma agrária, pela via pacífica, dando terra às pessoas que precisam, às pessoas que têm direito, não tirando, ao mesmo tempo, as terras daquelas pessoas que construíram as suas propriedades com muita dificuldade, com muito suor, com anos e anos de trabalho.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - A título de colaboração, quero dizer que este debate é importante. V.Exa., com muita propriedade, tem falado e está falando, agora, sobre reforma agrária.

Sou a favor da reforma agrária, mas eu acho que isso tem de ser levado ao conhecimento do presidente Lula, pois ninguém gosta de ser expulso da sua terra; as pessoas gostam de negociar a sua terra. Ninguém quer conflito, mas enquanto se negocia a terra, muita gente quer vendê-la. O problema é que se paga a terra com TDA, Título da Dívida Agrária, um título podre, que não tem credibilidade. As pessoas não confiam no título que aí está.

Eu entendo que o governo federal precisa mudar esse sistema de pagamento de compra, como v.exa. está-se referindo, deputado, porque senão vamos gerar conflitos e mais conflitos, conflitos esses que não temos necessidade de passar. Eu sei que há muita gente querendo vender o seu terreno, há muita gente que tem terra para vender e as pessoas podem ser instaladas naquela terra, mas o conflito, deputado Sargento Amauri Soares, torna-se caro! Com muito menos recurso, com muito menos dinheiro, podemos fazer a reforma e ter terra para todo mundo, porque se gasta muito dinheiro quando há conflito.

A linha de pensamento que v.exa. expõe, aqui, é a mesma que eu tenho, e nós podemos, através de um debate, levá-la ao conhecimento do governo Lula, pois eu sempre escuto do governo que é melhor a negociação, que é melhor ajeitarmos tudo em uma mesa de negociação.

Eu entendo que devemos avisar e dizer ao nosso governo federal, por quem tenho o maior respeito, ao nosso presidente da República, que o título não tem credibilidade; temos que inventar outra maneira de negociarmos e pagarmos a terra para assentar as pessoas que não têm terra.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Dagomar Carneiro.

Eu quero dizer que este assunto é bastante complexo e profundo, que nós defendemos a reforma agrária, mas lamentamos que ela não seja realizada e que a nossa corporação Polícia Militar seja usada, frequentemente, em situações de conflito, quando, na verdade, é fácil resolvê-la, sob o ponto de vista político e sob o ponto de vista econômico, inclusive a questão da reforma agrária no Brasil.

Quero dizer que esta situação de Calmon é porque a cidade teve um crescimento de 20% da população e uma ampliação, talvez em dobro, dos problemas na área da saúde e da educação. O prefeito, nosso companheiro do PDT, João Batista de Geroni, que está presente, assim como o prefeito de Matos Costa, querem resolver o problema daquelas famílias dando acesso à educação e à saúde.

O prefeito esteve aqui durante três dias para conseguir uma audiência com os secretários da Saúde e da Educação. Ontem pela manhã nós conseguimos conversar com o governador Luiz Henrique da Silveira e a partir daí tivemos uma reunião com o secretário da Saúde, deputado Dado Cherem, que já está encaminhando a solução para o problema de falta de medicamentos, é só isso que Calmon precisa.

Lamentavelmente, ainda não conseguimos um acesso, um contato com o secretário da Educação, Paulo Bauer, para que o acesso aos materiais escolares e à educação também seja garantido e proporcionado àqueles acampados da cidade de Calmon. O prefeito quer resolver isso da forma mais tranqüila para garantir o índice de desenvolvimento humano que ele já conseguiu construir naquela cidade e quer continuar avançando.

Quanto à questão da reforma agrária, prometo trazer esse assunto nas próximas semanas para esse plenário.

Agradeço a oportunidade do aparte e quero dizer que somos solidários e estamos aqui apelando ao secretário da Educação que receba as reivindicações relativas à pasta da educação, do prefeito de Calmon, o nosso companheiro João Batista de Geroni, que está aqui há três dias, aflito para buscar uma solução para esse problema.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Esse assunto é extremamente oportuno, a reforma agrária. O governo Lula já dispõe de crédito, através do MDA para a compra da terra, o que nós precisamos é divulgar essas linhas de crédito para que as pessoas possam usar esse instrumento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Agradeço o aparte, deputado Décio Góes. Vejam que nós não estamos aqui fazendo uma crítica, estamos fazendo uma sugestão, uma maneira de se fazer uma política e uma reforma agrária de forma pacífica.

Não podemos mais ficar assistindo aos conflitos, por esse país afora, onde donos de propriedade precisam se armar e famílias de sem-terra também estão se armando, criando conflito.

Vou repetir que na cidade de Calmon há 60 dias há um acampamento sem-terra e já teria que ter sido tomada uma medida definitiva por parte do governo federal para resolver o problema, para procurar terras nas regiões e assentar definitivamente esses agricultores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Boa-tarde sra. presidente, srs. deputados, servidores desta Assembléia Legislativa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os prefeitos já citados dos municípios de Calmon e Matos Costa, cidades vizinhas do planalto norte; companheiros profissionais da Segurança Pública, Corpo de Bombeiros Militar e Voluntário da cidade de Brusque, já citados pelo nosso companheiro Dagomar Carneiro.

Quero, em primeiro lugar, agradecer novamente todos os 40 deputados deste Poder Legislativo que, de forma unânime aprovaram anteontem, nesta semana, portanto, o direito de aposentadoria aos 25 anos de serviço a todas as militares estaduais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, direito esse que já existe e está sendo colocado em prática para as policiais civis.

Gostaria de informar que nós tivemos na noite de ontem, dia 28, aqui neste Poder Legislativo, no auditório Antonieta de Barros, uma audiência pública para discutir a questão dos 26,05% do salário dos professores da Universidade Federal de Santa Catarina. São 1.823 professores que estão perdendo, por via judicial, 26% do salário, mais do que um quarto, portanto, que já recebem há 16 anos, referente à reposição da época da inflação galopante do ano de 1989, a chamada Unidade Referencial de Preço, a URP, que eles ganharam na Justiça. Isso não foi legalizado até hoje, ficou para ser decidido judicialmente e na continuidade eles acabaram perdendo esse direito que está ameaçado a partir do início deste ano.

Nós fizemos uma audiência pública na noite de ontem, da qual participaram os deputados Darci de Matos, que presidiu a audiência, Dagomar Carneiro, Professor Grando, Pedro Uczai e este parlamentar, requerente da audiência pública. Participaram, também, o presidente da Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior; o Sindicato Nacional dos Professores das Universidades Federais, representado pelo professor Paulo Marcos Borges Rizzo; presidente da Apufsc - Associação dos Professores da UFSC, representado pelo professor Armando Lisboa; o Sindicato dos Trabalhadores da UFSC - Sintufsc, representado pelo seu coordenador geral, servidor técnico-administrativo, Assis; o presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Adélcio Machado; o vereador da cidade de Florianópolis, João Batista Nunes, do PDT, assim como vários outros professores da Universidade Federal de Santa Catarina, inclusive a professora Doroti Martins, que já foi secretária municipal de Educação da cidade de Florianópolis na gestão do deputado Professor Grando.

Além de debater essa questão, também houve uma decisão de remeter, via este Poder Legislativo, ao presidente da República, aos ministros da Educação, do Trabalho, da Justiça, do Planejamento, à Advocacia Geral da União, e a todos os 81 senadores e aos 513 deputados federais, uma moção solicitando que esse problema seja resolvido através de uma medida administrativa ou legislativa do governo federal, a ser remetida ao Congresso Nacional, para resolver esse problema e definitivamente garantir esse direito a todos os professores da UFSC.

Por último, gostaria falar de um assunto que é de fundamental importância.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não! Concedo um aparte ao nosso companheiro, deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero dizer que a reunião de ontem foi profícua, principalmente quanto ao encaminhamento, onde o governo federal poderá, através de uma medida provisória, ou através de um projeto de lei a ser enviado ao Congresso, garantir os 26% que estão querendo tirar, judicialmente, do nosso professor.

Por outro lado, me preocupou muito a realidade educacional do curso superior no país. Os relatos feitos pela Andes, pela Apufsc, pelo Sindicato de Técnicos, o Sintufsc, mostra que realmente nós temos que mudar muito neste país quanto à educação.

Mas esta Casa, sobre o seu requerimento, com a presença da comissão de Educação, está encaminhando a cada deputado federal para sensibilizar e encontrar, junto ao governo federal uma solução para esse problema. Tenho certeza de que iremos conseguir e cumprimos o nosso dever, principalmente com solidariedade a essa tão importante classe, que são os professores neste país.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Professor Grando.

O assunto que gostaria de falar por último é uma questão muito importante para a sociedade brasileira e deveria ser mais constante nos debates das Casas Legislativas de todo o Brasil, que deveriam ter e têm a obrigação de levar para o interior da sociedade e para os governos, principalmente para o governo federal, que é a questão da privatização da Companhia Vale do Rio Doce no ano de 1997.

Existe uma discussão, em nível nacional, que precisa ser instigada, movimentada e fortalecida, porque não é possível que nós, brasileiros, aceitemos que uma empresa, que é a maior empresa da América Latina, tenha sido vendida, leiloada por míseros R$ 3,3 bilhões, que é o lucro que essa empresa tinha por ano no período em que foi privatizada; que é o lucro que essa empresa conseguiu apenas no segundo semestre de 2005; uma empresa que tem um patrimônio calculado em R$ 72 bilhões, portanto 28 vezes mais do que o valor pelo qual foi vendida.

É preciso que continuemos denunciando um conjunto de privatizações que foram realizadas na década de 90 pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso e que os retomemos e coloquemos na ordem do dia; que o governo federal e os parlamentares que lhe dão sustentação tenham a obrigação e o compromisso com a Nação, até porque fazia parte dos seus programas, de rediscutir as questões das privatizações, especialmente a Vale do Rio Doce que foi doada, podemos dizer assim. E os recursos para comprar a Vale do Rio Doce foram emprestado pelo BNDES, que é um banco público, ou seja, o Brasil entregou um patrimônio incalculável, porque se desse para mensurar, para estimar o valor das reservas minerais da Vale do Rio Doce, não poderíamos ter a certeza de quanto vale, porque não se sabe exatamente quanto existe de riqueza embaixo da terra.

O banco que fez o edital, a empresa que fez o edital, é dos Estados Unidos, e para calcular o preço só colocou o valor das ações da Vale do Rio Doce, as ações com direito a voto, não calculou o valor e o preço de 54 empresas que a Vale do Rio Doce controla, ou tem participação; não calculou o valor, não colocou nada, ficou zero, com relação ao Complexo de Carajás, que é a maior reserva de mineral do mundo, e isso foi entregue à iniciativa privada, que às vezes é apresentada e defendida como exemplo do progresso de uma Nação, do progresso de uma sociedade, e que nós afirmamos e reafirmamos que são parasitas desta sociedade.

Não é possível que nós, brasileiros, nos calemos diante do absurdo de entregar tamanha riqueza nacional, tamanha riqueza do nosso povo, da nossa classe trabalhadora, de graça ou por um preço 28 vezes menor do que o valor estimado.

Existe uma campanha para este ano, para a Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro, que é puxada pelo Jubileu Sul, pela igreja católica, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e que nós, ativistas das lutas populares, da coordenação nacional de lutas da intersindical da assembléia popular de esquerda, decidimos no último domingo, em São Paulo, que vamos participar dessa campanha, mobilizar a sociedade, esclarecer o nosso povo sobre este roubo que foi cometido contra a nação, contra os trabalhadores do Brasil.

Se nós defendemos a soberania, se cantamos o hino nacional e juramos que somos brasileiros e patriotas, não há como permitirmos que esse absurdo, que esse roubo continue vigindo na nossa sociedade, no nosso país.

Para concluir, gostaria de dizer que não dá para descansar, não dá para sossegar enquanto nós não conseguirmos reverter a maioria das privatizações, ou todas as privatizações das empresas dos setores estratégicos da nossa sociedade, especialmente a companhia Vale do Rio Doce, que é o maior patrimônio da sociedade brasileira e que foi entregue, praticamente de graça, para os grupos privados, os parasitas da sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - sra. deputada, srs. deputados, servidores desta Casa, público aqui presente, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, a minha saudação.

Eu tenho, deputado Décio Góes, identificado ou procurado identificar, aqui nesta Casa, uma linha de apresentação que motive a comunidade, a população catarinense a entender qual é o papel, não o ideal, porque estaria querendo apurar demais para atingir o papel ideal de atuação, mas um papel que trouxesse satisfação na apresentação, comportando-me sempre de forma propositiva, propondo projetos, apresentando as idéias que nós temos com relação à região que nós representamos, bem como a todo o estado catarinense.

Mas algumas falas merecem a atenção e tem que haver o contraponto, e uma fala hoje do deputado Pedro Baldissera, dentro de uma colocação, da busca de uma crítica que ele fez quanto às regionais... Acho que este assunto já está demasiadamente debatido, já não se questiona mais a eficiência do modelo de gestão político-administrativo, hoje implementado em Santa Catarina, que é o modelo da descentralização, da desconcentração do poder. Quer dizer, que se discuta talvez o número de Regionais até concordo, é natural que assim aconteça e possa ser discutida, deputado Elizeu Mattos. Agora, começar a discutir a eficiência e o trabalho das Regionais, eu acho que é perda de tempo e vira uma matraca que fica repetindo, voltando. Quer dizer, não existe um avanço. Então, eu acho que não tem trazido elementos, nada de novo e nada que venha contribuir para a evolução político-administrativa do estado catarinense.

Vejam que até o horário do funcionamento das Regionais foi questionado, porque funciona à tarde e não o dia inteiro. Mas posso dizer aqui também, e cito como exemplo o partido que o deputado Pedro Baldissera pertence e desfila, que é o PT, no caso de Itapema. Em Itapema, a prefeitura inicia as atividades às 12h e encerra às 18h, também só trabalham à tarde. Esse é um modelo de edificação política-administrativa daquele agente público, daquele agente político, e não há de ser questionado. Dentro do nosso entendimento de governo, na redução do custeio da máquina, entendemos ser esse o melhor modelo. Quer dizer que pode ser alterado, pode ser discutido. Agora, essa crítica, pela crítica, não tem o menor sentido.

Mas o que quero hoje aqui é continuar sonhando. Eu continuo sonhando e buscando pela realização do grande sonho que não é um sonho somente meu, porque o sonho que se sonha sozinho corre o risco de não realizar. Mas é um sonho que toda a comunidade da minha região, a população de Balneário Camboriú e dos 11 municípios da Amfri sonham, que é alcançar a revitalização do Parque da Santur.

E o assunto é dinâmico, tremendo, é empolgante e faz com que comecemos a apresentar, a sugerir, a participar, para fazer com que o estado em que está hoje o Parque da Santur, deputado Elizeu Mattos, seja transformado num grande cartão postal para Balneário Camboriú e região.

Trago hoje aqui as imagens de quando fui candidato a prefeito no ano de 2004, na cidade de Balneário Camboriú, sobre o centreventos que propusemos. E digo aqui que nunca, nunca na história de Balneário Camboriú e região, nem na história da Santur, nem o governo municipal de Balneário Camboriú teve uma proposta, uma apresentação de um projeto referente à construção do centro de eventos e convenções, tampouco o governo do estado.

Mas nós tivemos capricho, devido à importância que esse centreventos pode trazer para Balneário Camboriú e região. A grande dificuldade de Balneário Camboriú é fazer com que ela se torne uma cidade turística o ano todo e não somente uma cidade que venha viver de veranismo, ou seja, que aconteça somente na alta temporada. E nós fizemos uma proposta de construção desse centreventos para que ele transforme esta realidade e faça com que a cidade consiga vencer esse grande desafio de ser economicamente viável nas 52 semanas do ano, porque o ano não é composto somente de oito semanas de alta temporada, e sim de 52 semanas.

Peço a gentileza para que eu possa mostrar a vocês as imagens do centreventos que propusemos.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Esta é uma vista total do Parque da Santur; esse é o portal de entrada, que seria o portal de apresentação, na BR-101, que atravessa essa BR, onde haveria diversos espaços para que pudéssemos, inclusive oferecer, além de um grande cartão de visitas de entrada, diversos serviços sendo realizados, inclusive *check in* de aeroportos, pensando no futuro, pensando na dinâmica que isso pode trazer, de comodidade à nossa gente.

Esta é uma esfera geodésica. Só existe uma em Londres, não existe outra em qualquer lugar no mundo, só que lá em Londres eles têm essa armação de ferro por dentro da esfera, e nós optamos em colocar por fora para que ela fosse mais atrativa aos olhos de toda comunidade.

Enfim, v.exas. podem ver aí todo o parque revitalizado, com parques de águas e um grande centro de eventos. Essa imagem mostra o portal de entrada, a parte interna. Será um grande centro de eventos e com ele queremos atingir o nível da obra, a qualidade da obra.

Aqui v.exas. podem ver o interior da esfera geodésica. E naquele momento propusemos que ali fosse realizada a feira permanente da informática. Quer dizer, seria um espaço excelente para esse segmento profissional que tanto se desenvolve e sofre uma dinâmica acima das outras profissões.

Assim, este é o nível que queremos levar para Balneário Camboriú. Este é o interior do centro de eventos e convenções, com palcos alternativos. E agora queremos transformar esse projeto, de 2004, num grande projeto turístico ambiental, com a revitalização do zoológico, transformando-o no Parque da Flora, Fauna e GEA de Santa Catarina.

É esse o nível que queremos discutir na política catarinense, deputado Décio Góes - e v.exa. é arquiteto e preside a comissão de Turismo e Meio Ambiente. Nós não queremos que lá no Parque da Santur seja construído apenas um galpão para servir de centro de eventos e convenção. Não! E não tem que ser necessariamente esse projeto, mas tem que ser um projeto com esse nível, com essa qualidade, porque, sem dúvida nenhuma, o estado de Santa Catarina irá virar referência nacional e internacional na questão do turismo.

Com certeza, a transformação econômica que vamos trazer para Balneário Camboriú será sem igual. Imaginem v.exas. que poderá haver lá diversas realizações de eventos - culturais, esportivos, religiosos, de negócios - durante todo o ano, por todas as 52 semanas do ano. Isso vai fazer com que se aqueça a economia, porque os hotéis terão mais movimentação e a sua ocupação aumentará! Isso é gerar emprego e renda, é política social, é estar comprometido com a sua comunidade, é estar comprometido com o desenvolvimento da sua cidade e dar-lhe uma certa independência, porque quando se aquece a economia, gera-se emprego e renda. Assim, será bom para o copeiro e o recepcionista do hotel, será bom para o empreendedor da cidade, porque ela vai-se tornar ativa, próspera e ele vai ter mais condições de abrir o seu comércio, o seu hotel, o seu bar, o seu restaurante. Enfim, isso é que faz com que a economia possa ser transformada numa economia positiva.

É dessa forma que queremos discutir, deputado Elizeu Mattos, e estabelecer aqui o critério de bom nível, de atenção e de dedicação. Fizemos isso no ano de 2004 e agora queremos fazer uma obra desse nível lá no Parque da Santur, mas que ela venha a atender o turismo ambiental, como eu já falei. Dentro dessa obra teremos um espaço para o teatro municipal, que nunca tivemos - e culturalmente isso é muito importante -, e também o espaço da escola ambiental, que será um ganho para Santa Catarina. Inclusive, poderemos receber lá pessoas de diversas regiões do nosso país e, quem sabe, até do mundo, para que apresentem as suas experiências numa questão que é tão séria, hoje, e tão falada, que é a questão ambiental.

Então, fico muito feliz porque as conversas estão adiantadas e evoluídas. Hoje temos uma comissão de Turismo e Meio Ambiente nesta Casa que está totalmente comprometida com o avanço de Santa Catarina, independente de cor partidária. Vejam que o presidente da comissão é o deputado Décio Góes, que é do PT, mas, com certeza, haverá de reconhecer que a nossa intenção é fazer com que Santa Catarina evolua.

Era esta a minha fala, a minha apresentação.

Agradeço pela atenção de todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16º LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia vinte e um de março de dois mil e sete, sob a Presidência da Senhora Deputada Odete de Jesus, reuniram-se os Deputados Jailson Lima da Silva, João Henrique Blasi, Joares Ponticelli, Nilson Gonçalves, Onofre Santo Agostini, Romildo Titon e o Deputado Edson Piriquito, em substituição ao Deputado Moacir Sopelsa. O Deputado Kennedy Nunes encaminhou justificativa de sua ausência à reunião em virtude de compromisso assumido anteriormente. Abertos os trabalhos a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos os senhores deputados e iniciou a reunião relatando o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica desta Casa (consulta ofício nº 003/2007) acerca da Representação instaurada pelo Partido da Frente Liberal que propõe processo de cassação do mandato do Deputado Sérgio Godinho; colocado em discussão e votação o parecer pela extinção do processo foi aprovado por maioria, com a abstenção do Deputado Onofre Santo Agostini. Em seguida, a Senhora Presidente relatou o parecer emitido pela Procuradoria Jurídica desta Casa (Consulta ofício nº 002/2007) com referência a Representação por Infração ao Decoro Parlamentar proposta pelo Deputado Manoel Mota contra o Deputado Afrânio Boppré; colocado em discussão e votação, o parecer da Procuradoria Jurídica pela extinção do processo foi aprovado por unanimidade. Na seqüência, a Deputada Odete de Jesus, Presidente da Comissão, passou a palavra ao Deputado João Henrique Blasi, ora Relator da Representação por Infração ao Decoro Parlamentar e Abuso das Prerrogativas Constitucionais contra o Deputado Nelson Göetten promovida pelo Deputado Paulo Eccel, que após breve relato dos fatos ocorridos, emitiu voto pelo arquivamento da representação, ato contínuo, colocado em discussão e votação, o arquivamento foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo a reunião, a Senhora Presidente informou aos membros da comissão sobre a existência da Representação disciplinar protocolada pelo Deputado Antônio Carlos Vieira que propõe a instauração de processo contra o Deputado Rogério Mendonça, sendo na oportunidade designado relator do feito o Senhor Deputado Onofre Santo Agostini. Após discussão e de plano foi decidido pelo Deputado relator o encaminhamento da Representação à Procuradoria Jurídica da Casa Legislativa para que seja exarado um parecer. Assim, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente, Deputada Odete de Jesus, deu por encerrada a reunião, da qual eu, Ronédy De Bonna Piva, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e demais membros presentes. Sala das Comissões, em 21 de março de 2007.

Deputada Odete de Jesus - Presidente
Deputado Joares Ponticelli - Membro
Deputado Jailson Lima - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Nilson Gonçalves - Membro
Deputado Onofre Santo Agostini - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DO ABRIL DO 2007.

Aos três dias do mês do abril do ano de dois mil e sete, às 8 horas, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, reuniram-se os Deputados Jorginho Mello, Gelson Merísio, Odete de Jesus, José Natal, Décio Góes, Manoel Mota e o Deputado João Henrique Blasi em substituição ao Deputado Renato Hinnig. O Presidente abriu os trabalhos, colocando em votação a ata da 3ª e 4ª reunião ordinária da Comissão, que foi aprovada por unanimidade. Ato continuum o Deputado Presidente passou a palavra a Deputada Odete de Jesus, autora do REQUERIMENTO, convocando o Senhor Ivo Carminati, Secretário de Estado de Coordenação e Articulação, e também o Senhor Antônio Marcos Gavazzoni Secretário de Estado da Administração, para prestar esclarecimentos sobre o PLC nº 0001.8/2007, acerca de seus impactos financeiros e orçamentários sobre as contas do Estado, a repercussão da Reforma Administrativa na folha de pagamento de pessoal e outras informações pertinentes a matéria. A Deputada Odete de Jesus frisou que a reforma é sinônimo de renovação, mudança e por isso era necessário que todas as dúvidas fossem esclarecidas. Queria saber se existe algum relatório que revele a população, o impacto financeiro dessa terceira reforma sobre o corte dos cargos comissionados e da criação das novas secretarias estaduais, questionou. O Presidente com a palavra passou ao Secretário Carminati para apresentar e esclarecer os números da reforma, discutir e debater, claramente, no que diz respeito à descentralização de forma organizada, principalmente nas terceirizações e licitações; na desconcentração financeira das ações do Executivo e na racionalização de alguns órgãos do Estado, cortando os cargos comissionados e enxugando a máquina administrativa. "Assim, as ações firmes do governador Luiz Henrique da Silveira diminuem os gastos com a estrutura física e atende as reais demandas da população", afirmou o Secretário. A repercussão financeira da reforma em relação a criação das seis novas secretarias regionais foi apresentada pelo o Senhor Paulo Eli, Diretor da Secretaria, com os seguintes números: são 30 secretarias que comportam 506 cargos comissionados, mais os 30 secretários, totalizando 536. A nova proposta, segundo o Diretor, mesmo com a criação de mais seis secretarias, reduziria esse número para 418 cargos, além dos 36 secretários regionais, obtendo uma redução final de 88 cargos. Atualmente, a folha de pagamento estadual contém 1.725 cargos comissionados, e com a reforma administrativa o número cairia para 1.209 cargos, mantendo os 30% propostos pelo Governo. O Secretário Carminati inferiu que o governo está com uma proposta adequada, objetivando a redução da máquina administrativa do Estado. O Secretário Gavazzoni ressaltou que toda sociedade já deveria ter percebido o esforço do governo em fazer a otimização dos recursos públicos, criando uma nova estrutura de investimentos, sobretudo em termos de capacitação do servidor público estadual. Ato continuum, o Deputado Presidente agradeceu a participação dos Deputados: Joares Ponticelli, Pedro Uczai, Narcizo Parisotto, Rogério Mendonça, Marcos Vieira e César Souza Jr. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, a qual eu, Edgard Novuchy P. Usuy, Assessor da Comissão, lavrei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Michel Curi - Procurador Presidente
Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1606ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1606ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida iniciaram-se os trabalhos da sessão propriamente dita. 1) Relatoria do Procurador Anselmo Inácio Klein - aprovados pareceres aos processos 372/07 e 385/07, de Maria Aparecida Tridapalli Archer e Maria Antonia dos Santos, respectivamente. O Relator retirou de pauta, o processo 442/07, de Luiz Manoel de Freitas Amarante. 2) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - aprovados pareceres aos processos 437/07, de Rubenvaldo da Silva, e, s/nº - Of. CSJ nº 073/07, de 6/3/07, de interesse do Deputado Cesar Souza Júnior consultando: "Vereador poderá ocupar cargo de Diretor de Escola?". 3) Relatoria do Procurador Luiz Alberto Seccon - processos 391/07, de Celso Antonio Souza da Rosa, 1400/07, de Hamilton Leonardo, aprovados pelo indeferimento; 414/07, de Stephanie Pereira, aprovado pelo deferimento e, processo 374/07, de Irani Terezinha Rodolfo Pereira, aprovado pelo arquivamento.4) Relatoria do Procurador Fábio de Magalhães Furlan - aprovados pareceres aos processos 2008/06, de João Alípio Jacobus e 421/07, de Marisa Britzig. 5) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior - aprovado parecer ao processo 454/07, de Romeu Franzoni Júnior. O Relator retirou de pauta o processo 2309/06, de José Abdias Vieira. 6) Relatoria do Procurador José Buzzi - aprovados pareceres aos processos 450/07, de Ivone Kammer de Paula; 451/07, de Ruth Carmen Boettcher; s/nº - Of. CL nº 074/07, de 19/3/07, da Coordenadoria de Licitações: "pagamento de horas extras às recepcionistas executivas da Coordenadoria de Eventos da ALESC"; s/nº - Of. nº 45590.7/PGJ de 05/3/07, do Procurador-Geral

de Justiça: "informações acerca de eventual ocupação no ano corrente, pelo Senhor Nelson da Silva." 7) Relatoria do Procurador Nazarildo Tancredo Knabben - processos 493/07, de Mari Ângela Pauli Custódio; 380/07, de Mauren Odete de P. dos Santos; 452/07, de Valério Martins; 422/07, de Catia Regina de Castilhos de Macedo, pareceres aprovados, sendo o último pelo indeferimento. 8) Relatoria do Procurador Fausto Brasil Gonçalves - aprovados pareceres aos processos 492/07, de Renato Debiase de Oliveira; 382/07, de Joyce dos Santos Alves; 423/07, de Albertina Lino Coelho e 424/07, de Maria Corina Cordeiro de Paula. 9) Tendo em vista a ausência do Procurador Sérgio Augusto Machado, o Procurador Presidente, solicitou ao Procurador Fábio de Magalhães Furlan, que desse conhecimento do parecer por ele exarado no processo s/nº - Of. CL. nº 073/07, de 19/03/07, da Coordenadoria de Licitações, sobre "Edital para exame e aprovação - ar condicionado", que foi aprovado por unanimidade. 10) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - processos 436/07, de Edson Tadeu Bez; 377/07, de Silvia Rejane Botomé; 379/07, de Bonifácio Thiesen; 2234/06, Consulta de 23/11/06, de interesse do Senhor Presidente Deputado Júlio Garcia e outros Deputados, referente a "Resolução 006/06"; após discussão os pareceres foram aprovados por unanimidade com exceção do último que saiu de pauta com pedido de vista do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia onze (11) de abril. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 4 de abril de 2007.

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 017/07

AÇÃO SOCIAL - JOINVILLE

Joinville, 02 de março de 2007.

À

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Presidente Deputado Júlio Garcia

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Para sua atenção e conhecimento estamos encaminhando o Relatório das Atividades e balanço relativo ao ano de 2006, apresentados pelo Conselho de Admibnistração da Ação Social de Joinville e aprovedo em Assembléia Geral Ordinária realizada dia 14 de março de 2007.

Sem mais, manifestamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Marina M. Braga
Vice-Diretora Geral

Lido no Expediente
Sessão de 10/04/07

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI PL./0086.1/2007

Declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial São José de Botuverá, também designada Ação Leão Dehon, da cidade de Botuverá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social Paroquial São José de Botuverá, também designada Ação Social Leão Dehon, com sede na cidade de Botuverá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente
Sessão de 10/04/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública a Ação Social Paroquial São José de Botuverá, também designada Ação Leão Dehon, com sede na cidade de Botuverá.

Trata-se de uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, com a finalidade de prestar assistência social, da educação de base e humana, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a a Ação Social Paroquial São José de Botuverá, também designada Ação Social Leão Dehon, seja beneficiada com a Declaração de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI PL./0087.2/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do Controle Interno do Estado de Santa Catarina - ASCISC, no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores do Controle Interno do Estado de Santa Catarina - ASCISC, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Julio Garcia

Lido no Expediente
Sessão de 10/04/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Servidores do Controle Interno do Estado de Santa Catarina - ASCISC, com sede no município de Florianópolis.

Trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, fundada em 28 de outubro de 2004 com a finalidade de promover e participar de eventos culturais, técnicos e científicos, visando o aprimoramento e divulgação das atividades de controle interno, congregar profissionais em instituições que atuem em atividades de controle interno, prestar assessoria a organismos públicos ou privados, difundir estudos, artigos e notícias relativas ao controle interno, celebrar convênios e participar de atividades conjuntas com outras entidades públicas ou privadas, dentre outras.

Assim, para dar continuidade a essas ações, faz-se necessário que a Associação dos Servidores do Controle Interno do Estado de Santa Catarina - ASCISC, seja beneficiada com a Declaração de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO
DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 133/2007

Altera dispositivos da Lei nº 10.723, de 1998, que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação, entre o Estado e os municípios - art. 212, § 5º da Constituição Federal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º, o art. 5º e o *caput* do art. 7º da Lei nº 10.723, de 16 de março de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Quota Estadual do Salário Educação, de que trata o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, é destinada à educação básica pública e será distribuída entre o Estado e os municípios na forma estabelecida nesta Lei. (NR)

.....

Art. 5º Os recursos da Quota Estadual do Salário Educação serão aplicados em programas, projetos e ações da educação básica pública, incluindo educação especial e a educação de jovens e adultos, na modalidade presencial, com avaliação no processo, desde que vinculadas à rede pública de ensino, destinando-se, preferencialmente:

I - ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação;

II - à aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - ao uso e a manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - à produção de material didático destinado à educação básica pública;

V - à aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, dos professores e da escola;

VI - à manutenção de programas de transporte escolar; e

VII - a estudos, levantamentos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade da educação básica pública. (NR)

.....

Art. 7º As parcelas de recursos destinadas aos municípios serão creditadas mensal e automaticamente em contas específicas em favor do Município para o financiamento da educação básica municipal. (NR)

...." .....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

SUBSTITUTIVO GLOBAL ao PL 0013.6/2007

Art. 1º O art. 4º e o art. 6º, §§ 1º e 3º da Lei nº 9.675, de 03 de agosto de 1994, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º O Corpo deliberativo será constituído por sete membros, denominados conselheiros, sendo:

I - dois representantes escolhidos entre professores e profissionais da área do direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas;

II - um representante do Ministério Público Federal;

III - um representante do Ministério Público Estadual;

IV - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Santa Catarina; e

V - dois representantes da comunidade, com formação jurídica.

.....

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho Penitenciário será de quatro anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 1º Perderá o mandato o Conselheiro que, sem causa justificada, faltar a cinco (5) sessões consecutivas ou a oito (8) alternadas, no período de um (1) ano.

.....

§ 3º A nomeação de ex-conselheiro somente poderá ocorrer depois de transcorrido o interstício de quatro anos, contados do término do mandato de que trata o caput deste artigo, incluídos os casos de recondução."

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI
LÍDER DO GOVERNO

APROVADO EM TURNO ÚNICO
EM SESSÃO DE

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0013.6/2007

Em cumprimento ao artigo 187 e 188, § 2º do Regimento Interno, a Deputada subscritora vem apresentar a seguinte Emenda Modificativa que passa a vigorar com as seguintes alterações:

O parágrafo 1º do artigo 6º da Lei nº 9.675, de 1994, que dispõe sobre o Conselho Penitenciário do Estado, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Perderá o mandato o conselheiro que, sem causa justificada, faltar cinco (5) sessões consecutivas ou a oito (8) alternadas, no período de um (1) ano."

Sala da Comissão, em
Deputada Odete de Jesus
Líder do Partido Republicano Brasileiro/SC

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de emenda meramente modificativa de expressão usada no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei nº 9. 675 de 03 de agosto de 1994 que dispõe sobre o Conselho Penitenciário do Estado.

A terminologia ***mandado*** deverá ser substituída pela expressão ***mandato,*** vez que termo correto e que traduz a representação ao *munus* lá indicado, *in casu* específico de conselheiro do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina.

A saber, ***mandato*** é oriundo do latim mandate. è designada para definir o espaço de tempo público ou privado que um ocupante, nomeado ou não é designado e que ocupe em caráter provisório um cargo ou função pública, por sua vez ***mandado***, é um termo originado do latim mandatum ou mandatus que significa uma ordem, comando, ou determinação de autoridade judicial.

Assim, pela Emenda apresentada corrige-se a expressão contida no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei nº 9.675, de 1994, alterado pelo Projeto de Lei nº 0013.6/2007.

APROVADO EM TURNO ÚNICO
EM SESSÃO DE

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 013/07

Altera a Lei nº 9.675, de 1994, que dispõe sobre o Conselho Penitenciário do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 4º e o art. 6º, §§ 1º e 3º da Lei nº 9.675, 03 de agosto de 1994, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º O Corpo deliberativo será constituído por sete membros, denominados conselheiros, sendo:

I - dois representantes escolhidos entre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas;

II - um representante do Ministério Público Federal;

III - um representante do Ministério Público Estadual;

IV - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Santa Catarina; e

V - dois representantes da comunidade, com formação jurídica.

.....

Art. 6º O mandato dos membros do Conselho Penitenciário será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 1º Perderá o mandato o Conselheiro que, sem causa justificada, faltar a 5 (cinco) sessões consecutivas ou a 8 (oito) alternadas, no período de 1 (um) ano.

.....

§ 3º A nomeação de ex-conselheiro somente poderá ocorrer depois de transcorrido o interstício de quatro anos, contados do término do mandato de que trata o *caput* deste artigo, incluídos os casos de recondução."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 031/07

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R$ 1.507.478,38 (um milhão, quinhentos e sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

03000		TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO		
03091		FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA		
Projeto		Construção do Fórum de Concórdia		
Código		03091.02.061.0930.0364.005127		
Produto		Fórum construído		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	(0640)	Obras e Instalações	R$	7.478,38
Projeto		Construção do Fórum de Porto Belo		
Código		03091.02.061.0930.0364.005135		
Produto		Fórum construído		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	(0640)	Obras e Instalações	R$	250.000,00
Projeto		Aquisição de Imóvel para o Fórum de Itapoá		
Código		03091.02.061.0930.0387.005183		
Produto		Imóvel Adquirido		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.61.00	(0640)	Aquisição de Imóveis	R$	500.000,00
Projeto		Construção do Fórum de Camboriú		
Código		03091.02.061.0930.0364.005201		
Produto		Fórum construído		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	(0640)	Obras e Instalações	R$	250.000,00
Projeto		Aquisição de Prédio para o Fórum de Santa Rosa do Sul		
Código		03091.02.061.0930.0387.005249		

Produto	Imóvel Adquirido	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	Aplicações Diretas	
4.4.90.61.00	(0640) Aquisição de Imóveis	R$ 500.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito a que se refere o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Fundo de Reaparelhamento da Justiça no exercício de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 082/07

Autoriza a doação de imóveis no Município de Curitibanos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar, no Município de Curitibanos, terrenos pertencentes a uma área maior, matriculada sob os nºs 701 e 10.615 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Curitibanos e cadastrada sob o nº 02381 na Secretaria de Estado da Administração, a serem desmembrados e distribuídos da seguinte forma:

I - uma área de quatro mil, quinhentos e dezesseis metros e sessenta e quatro decímetros quadrados ao Ministério Público Estadual de Santa Catarina para construção da sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Curitibanos;

II - uma área de onze mil, quinhentos e oitenta e dois metros e quarenta e dois decímetros ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para construção do Fórum da Comarca de Curitibanos;

III - uma área de três mil metros quadrados à União para construção da sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Subseção de Curitibanos;

IV - uma área de três mil e seiscentos metros quadrados à Ordem dos Advogados do Brasil para a construção da sede da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Curitibanos;

V - uma área de três mil quinhentos e vinte e sete metros e noventa e cinco decímetros quadrados à União - Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região para construção da sede da Vara do Trabalho de Curitibanos;

VI - uma área de três mil metros quadrados à União - Tribunal Regional Eleitoral para construção da sede da 11ª Zona Eleitoral de Curitibanos; e

VII - uma área de dezenove mil, cento e cinco metros e trinta e um decímetros quadrados ao Município de Curitibanos para abertura de uma avenida.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo a instalação do Pólo Judiciário do Município de Curitibanos.

Art. 3º Os donatários não poderão, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentementede notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga aos donatários os direitos de retenção no caso de reversão dos imóveis.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar das escrituras públicas de doação dos imóveis, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta dos donatários, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado nos atos de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0004.0/2007

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0004.0/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. As promoções serão efetuadas, anualmente, por antigüidade ou merecimento, nas seguintes datas:

I - para a Polícia Militar nos dias 31 de janeiro, 5 de maio, 11 de agosto e 25 de novembro; e

II - para o Corpo de Bombeiros Militar nos dias 31 de janeiro, 13 de junho, 11 de agosto e 25 de novembro. (NR)

Parágrafo único. A antigüidade no posto é contada a partir da data do ato de promoção, ressalvados os casos de desconto de tempo não-computável de acordo com o estatuto dos Policiais Militares e de promoção *post-mortem*, por bravura e em ressarcimento de preterição, quando poderá ser estabelecida outra data."

APROVADO EM 1º TURNO

EM SESSÃO DE

APROVADO EM 2º TURNO

EM SESSÃO DE

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 004/2007

Altera dispositivo da Lei nº 6.215, de 1983, que dispõe sobre a Lei de Promoção dos Oficiais Militares do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 6.215, de 10 de fevereiro de 1983, alterado pela Lei nº 13.569, de 23 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. As promoções serão efetuadas, anualmente, por antigüidade ou merecimento, nas seguintes datas:

I - para a Polícia Militar nos dias 31 de janeiro, 5 de maio, 11 de agosto e 25 de novembro; e

II - para o Corpo de Bombeiros Militar nos dias 31 de janeiro, 13 de junho, 11 de agosto e 25 de novembro.

Parágrafo único. A antigüidade no posto é contada a partir da data do ato de promoção, ressalvados os casos de desconto de tempo não-computável de acordo com o estatuto dos Policiais-Militares e de promoção *post-mortem*, por bravura e em ressarcimento de preterição, quando poderá ser estabelecida outra data." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de abril de 2007.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PL/0010.3/2007

Art. 1º Dá nova redação ao Art. 13 e 15 do Projeto de Lei 010.3/2007.

"Art. 13 - A idade máxima permitida para a designação e permanência no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública ***será de acordo com o previsto no artigo 109 da Lei 6.218/83***."

"Art. 15 - Os servidores designados podem ser dispensados:

I - a pedido; e

II - *ex officio*.

Parágrafo único. A dispensa ex officio ocorrerá nas seguintes situações:

I - por conclusão do prazo de designação;

II - por ter cessado o motivo da designação;

III - por interesse ou conveniência da Administração;

IV - por ter obtido dispensa de saúde por mais de sessenta dias no período de um ano;

V - por ter sido julgado fisicamente incapaz para o desempenho da designação, em inspeção realizada por junta médica, a qualquer tempo; e

VI - por ter completado ***a idade limite prevista no artigo 109 da Lei 6.218/83***."

JUSTIFICATIVA

O que se busca com esta emenda, além de estabelecer uma definição na idade limite para a permanência no Corpo temporário de inativos, é também trazer para a mesa de discussão, pois este assunto envolve muitas dúvidas e até riscos de questionado pelo Tribunal de Contas, já que seria uma outra modalidade de contratação que o poder público não poderia fazer. Não sendo por concurso, ou contratação de empresas particulares para a prestação de serviço, o Estado só pode contratar em caráter temporário, como é o caso dos ACTs.

O PL ora emendado, em seu artigo 13 diz que idade máxima permitida é de setenta anos e no artigo 15, inciso VI do parágrafo único, diz que a dispensa ocorrerá ex-officio por ter atingido sessenta anos.

Sobre esse assunto também no inciso I do art. 1º, diz que os reformados por idade podem fazer parte do Corpo temporário.

Particularmente entendo uma grande incoerência um policial poder ficar até os 70 anos, para evitar problemas de ordem judicial, deverá incluir apenas policiais da reserva remunerada, limitando-se às idades que o prórpio Estatuto da PMSC estabelece para a reforma: art. 109 da Lei 6.218/83, Oficial superior 64 anos, Intermediário e subalterno 60 anos e Praças 56 anos.

O objetivo é que os praças tenham condições físicas mínimas para executar serviços básicos de policiamento, como guarda policiamento em colégios, ou até atividades administrativas, mas que

consigam ficar em pé por longos períodos, correr, pular, enfim executar a atividade com garantia de capacidade física, e com 70 anos só poderá ficar sentado.

A fim de informar as idades limites para a Reserva remunerada e reforma, transcrevo o art. 105 e 109 da Lei 6.218/83.

"Art. 105. A transferência *ex officio* para a reserva remunerada verificar-se-á sempre que o policial-militar incidir em um dos seguintes casos:

I - atingir as seguintes idades-limite:

a) no Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM)

POSTO	IDADE
Coronel	59 anos
Tenente Coronel	57 anos
Major	57 anos
Capitão PM e Oficiais Subalternos	55 anos

b) no Quadro de Oficiais de Saúde (QOS)

POSTO	IDADE
Tenente Coronel	58 anos
Major	57 anos
Capitão	56 anos
1º Tenente	55 anos
2º anos	55 anos

c) no Quadro de Oficiais Especialistas (QOE e QOA)

POSTO	IDADE
Capitão	58 anos
1º Tenente	58 anos
2º Tenente	58 anos

d) das praças

GRADUAÇÃO	IDADE
Subtenente	59 anos
1º Sargento	57 anos
2º Sargento	57 anos
3º Sargento	57 anos
Cabo	57 anos
Soldado	57 anos

Art. 109. O policial-militar será reformado quando:

I - Atingir as seguintes idades limites de permanência na reserva remunerada:

a) Para Oficial superior: 64 anos;

b) Para Capitão e Oficial Subalterno: 60 anos;

c) Para Praças: 56 anos.

Sala das Sessões, em

Bancada do PFL

APROVADO EM 1º TURNO
EM SESSÃO DE
APROVADO EM 2º TURNO
EM SESSÃO DE

EMENDA ADITIVA AO PL Nº 0010.3/2007

Art. 1º - Altera o inciso II do § 2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 0010.3/2007, que Dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado.

"Art. 1º - Art. 1º Fica instituído o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP.

(...)

§ 2º - § 2º Os integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública atuarão dentro das seguintes atividades:

(...)

II - para os militares estaduais inativos do Corpo de Bombeiros Militar.

a) assessoria militar e guarda nas sedes dos Poderes Estaduais;

b) assessoria militar e guarda na sede do Tribunal de Contas do Estado;

c) assessoria militar e guarda na sede do Ministério Público Estadual;

d) guarda nos edifícios-sede do Poder Judiciário e do Ministério Público nas Comarcas;

e) assessoria militar e guarda nas Secretarias de Estado;

f) assessoria militar e guarda na Procuradoria Geral do Estado;

g) excepcionalmente, guarda e serviços internos no Corpo de Bombeiros Militar.

JUSTIFICATIVA

A emenda ao projeto de Lei Complementar visa adequá-lo ao que estabelece a Constituição Estadual, em seu art. 53, § 1º das disposições transitórias, que estabelece tratamento isonômico entre os militares estaduais, integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

APROVADO EM 1º TURNO
EM SESSÃO DE
APROVADO EM 2º TURNO
EM SESSÃO DE

EMENDA MODIFICATIVA AO PL/0010.3/2007

O § 1º do art. 8º, o *caput* do art. 13 e o art. 16 do PL/0010.3/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

§ 1º A percepção do valor estabelecido no *caput* deste artigo corresponderá ao exercício das atividades em regime de quarenta horas semanais, que poderá ser exercido em escala de revezamento."

"Art. 13. A idade máxima permitida para a designação e permanência no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública é de sessenta anos."

"Art. 16. O número máximo de inativos designados não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do efetivo previsto em cada corporação ou órgão, observada a proporcionalidade do número de oficiais e praças correspondente ao efetivo."

Sala das Sessões,

Deputado Sargento Amauri Soares

JUSTIFICATIVA

As modificações propostas nos itens "a" e "b" são meramente de correção de redação. Já a redação que proponho ao artigo 16, refere-se à necessária previsão da proporcionalidade do número de oficiais e praças, para agentes temporários, haja vista a designação do inativo ser de livre escolha da autoridade competente, conforme disposto nos artigos 4º e 5º, e tendo em vista tratar-se de cargo de confiança de livre nomeação e exoneração, conforme consta do artigo 6º da proposição sob análise.

Por outro lado, é extremamente salutar para o exercício da democracia, já que vivemos em um Estado Democrático de Direito, conforme previsto na Carta Magna, dar igualdade de oportunidade a todos os militares da reserva remunerada ou reformados, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP.

APROVADO EM 1º TURNO
EM SESSÃO DE
APROVADO EM 2º TURNO
EM SESSÃO DE

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 018/07

Dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP.

§ 1º O Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública será constituído por:

I - militares estaduais da reserva remunerada ou reformados por idade;

II - policiais civis aposentados por tempo de serviço;

III - integrantes do Instituto Geral de Perícias, aposentados por tempo de serviço; e

IV - agentes prisionais e monitores aposentados por tempo de serviço.

§ 2º Os integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública atuarão dentro das seguintes atividades:

I - para os militares estaduais inativos da Polícia Militar:

a) assessoria militar e guarda nas sedes dos Poderes Estaduais;

b) assessoria militar e guarda na sede do Tribunal de Contas do Estado;

c) assessoria militar e guarda na sede do Ministério Público Estadual;

d) guarda nos edifícios-sede do Poder Judiciário e do Ministério Público nas Comarcas;

e) assessoria militar e guarda nas Secretarias de Estado;

f) assessoria militar e guarda na Procuradoria Geral do Estado;

g) excepcionalmente, guarda e serviços internos na Polícia Militar;

h) excepcionalmente, guarda em estabelecimentos escolares;

i) excepcionalmente, para o atendimento de casos específicos, serviço de segurança pessoal de:

1. membros do Poder Legislativo Estadual e dos Conselheiros do Tribunal de Contas;

2. membros do Poder Judiciário Estadual;

3. membros do Ministério Público Estadual;

4. Secretários de Estado; e

5. Procurador-Geral do Estado;

II - para os militares estaduais inativos do Corpo de Bombeiros Militar;

a) assessoria militar e guarda nas sedes dos Poderes Estaduais;

b) assessoria militar e guarda na sede do Tribunal de Contas do Estado;

c) assessoria militar e guarda na sede do Ministério Público Estadual;

d) guarda nos edifícios-sede do Poder Judiciário e do Ministério Público nas Comarcas;

e) assessoria militar e guarda nas Secretarias de Estado;

f) assessoria militar e guarda na Procuradoria Geral do Estado;

g) excepcionalmente, guarda e serviços internos no Corpo de Bombeiros Militar;

III - para os policiais civis aposentados:

a) excepcionalmente, serviços internos na Polícia Civil;

b) excepcionalmente, para o atendimento de casos específicos, serviço de segurança pessoal de:

1. membros do Poder Legislativo Estadual e dos Conselheiros do Tribunal de Contas;

2. membros do Poder Judiciário Estadual;

3. membros do Ministério Público Estadual;

4. Secretários de Estado; e

5. Procurador-Geral do Estado;

IV - para os aposentados do Instituto Geral de Perícias, excepcionalmente, serviços internos na sede do órgão e suas descentralizações;

V - para os servidores aposentados do Sistema Prisional, excepcionalmente, serviços internos nos órgãos do Sistema; e

VI - para os servidores aposentados do Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator, excepcionalmente, serviços internos nos órgãos do Sistema.

§ 3º Em relação aos serviços internos desenvolvidos na sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, poderão ser designados integrantes inativos de quaisquer dos grupos de servidores que a compõe.

§ 4º Caso algum Grupo não possua servidor inativo interessado na designação, excepcionalmente poderão ser designados integrantes de outro Grupo.

Art. 2º O Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública ficará administrativamente vinculado:

I - ao órgão de pessoal da Polícia Militar, em relação aos policiais militares;

II - ao órgão de pessoal do Corpo de Bombeiros, em relação aos bombeiros militares; e

III - ao órgão de gestão de recursos humanos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, em relação aos servidores da Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias, Sistema Prisional e Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator.

Parágrafo único. As Corporações e órgãos citados neste artigo manterão cadastro atualizado dos inativos interessados em ingressar no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública.

Art. 3º O planejamento e a supervisão do emprego do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública far-se-á de acordo com o regulamento desta Lei, a ser estabelecido por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O regulamento previsto no *caput* deste artigo especificará, em especial, o seguinte:

I - critérios para inscrição e formação dos cadastros;

II - padrões de treinamento;

III - normas de divulgação aos inativos;

IV - critérios para uso de farda, no caso específico dos militares estaduais;

V - critérios para uso de armamento; e

VI - forma dos atos de designação e dispensa dos inativos que aderirem ao Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública.

Art. 4º Havendo interesse na designação, o Chefe dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Procurador-Geral de Justiça ou o Presidente do Tribunal de Contas do Estado apresentarão proposta fundamentada, que será submetida ao Chefe do Poder Executivo para autorizar a liberação dos inativos.

Art. 5º Observadas as disposições do artigo anterior, é da competência do órgão beneficiado pela prestação de serviço a designação do inativo, que será de livre escolha da respectiva autoridade dentre aqueles cadastrados em cada Corporação ou órgão de segurança pública para atuar no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública.

Parágrafo único. A dispensa do inativo designado poderá ocorrer a qualquer tempo por meio de ato administrativo próprio editado pela mesma autoridade competente para proceder à designação.

Art. 6º A situação funcional do inativo designado para compor o Corpo Temporário da Segurança Pública reveste-se das mesmas características do emprego ou função de confiança de livre designação e dispensa, na forma prevista no art. 21, inciso I, parte final, da Constituição do Estado.

Art. 7º O servidor ou militar estadual inativo, designado nos termos da presente Lei, não sofrerá alteração em sua situação jurídico-funcional, e durante a designação fará jus a:

I - retribuição financeira;

II - uniforme e equipamentos, quando for o caso;

III - alimentação;

IV - diárias e transporte, quando em deslocamento em face da realização de tarefas fora da sede; e

V - férias.

Art. 8º Os inativos integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública designados terão assegurada, enquanto permanecerem nesta situação, retribuição financeira paga mensalmente, correspondente a um terço do valor dos respectivos proventos, isenta do desconto previdenciário, sujeita aos impostos gerais na forma da legislação em vigor.

§ 1º A percepção do valor estabelecido no *caput* deste artigo corresponderá ao exercício das atividades em regime de quarenta horas semanais, que poderá ser exercido em escala de revezamento.

§ 2º A retribuição financeira de que trata o *caput* deste artigo não será base de cálculo para quaisquer vantagens, inclusive as decorrentes de tempo de serviço, e não será passível de incorporação.

Art. 9º O uniforme e o equipamento, no caso dos militares estaduais, serão de uso regulamentar, segundo os padrões da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 10. Os integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública designados terão direito à alimentação, quando for o caso, e à percepção do auxílio-alimentação, nos mesmos padrões pagos aos integrantes ativos do órgão beneficiário do serviço.

Art. 11. As diárias e o transporte serão proporcionados nas condições e valores estabelecidos na legislação para a mesma situação hierárquica em atividade.

Art. 12. A designação será por prazo certo, em período que não exceda a dois anos, podendo ser renovada por igual período.

Parágrafo único. Concluída a tarefa antes do prazo previsto no ato de designação, o servidor designado será dispensado ou a ele será atribuído outro encargo de interesse público, respeitando o prazo estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 13. A idade máxima permitida para a designação e permanência no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública será de acordo com o previsto no art. 109 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983.

Parágrafo único. A inscrição do candidato no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública não gera por si só qualquer direito à designação.

Art. 14. Os designados ficam sujeitos:

I - ao cumprimento das normas disciplinares em vigor nas suas Corporações e órgãos, nos moldes do serviço ativo; e

II - às normas administrativas e de serviço em vigor nos órgãos onde tiverem atuação.

Art. 15. Os servidores designados podem ser dispensados:

I - a pedido; e

II - *ex officio*.

Parágrafo único. A dispensa *ex officio* ocorrerá nas seguintes situações:

I - por conclusão do prazo de designação;

II - por ter cessado o motivo da designação;

III - por interesse ou conveniência da Administração;

IV - por ter obtido dispensa de saúde por mais de sessenta dias no período de um ano;

V - por ter sido julgado fisicamente incapaz para o desempenho da designação, em inspeção realizada por junta médica, a qualquer tempo; e

VI - por ter completado a idade limite prevista no art. 109 da Lei nº 6.218, de 1983.

Art. 16. O número máximo de inativos designados não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do efetivo previsto em cada Corporação ou órgão, observada a proporcionalidade do número de oficiais e praças correspondente ao efetivo.

Art. 17. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de cada Poder, entidade ou órgão beneficiado pela prestação do serviço.

Parágrafo único. Nas despesas de que trata o *caput* deste artigo, incluem-se:

I - retribuição financeira;

II - diárias e transporte;

III - alimentação e auxílio à alimentação;

IV - fardamento;

V - equipamento;

VI - viaturas;

VII - treinamento; e

VIII - armamento.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas a Lei nº 9.903, de 3 de agosto de 1995, a Lei nº 12.384, de 16 de agosto de 2002 e a Lei nº 13.718, de 2 de março de 2006.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de abril de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***